

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

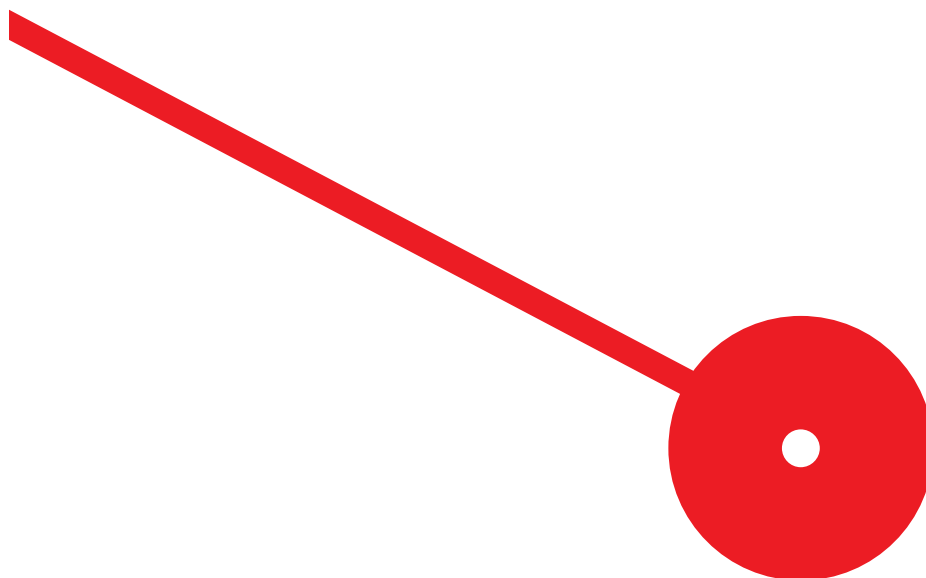
M

MESTRADO
ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Planejamento e Controle das Finanças Pessoais: um estudo com os servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Jaime Gomes de Oliveira Filho

11/2022



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

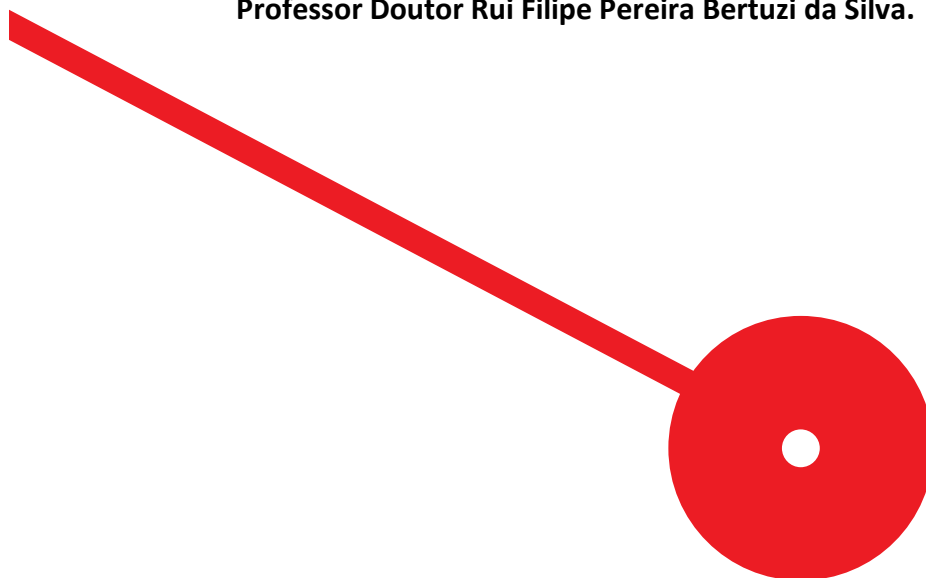
M

MESTRADO
ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Planejamento e Controle da Finanças Pessoais: um estudo com os servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Jaime Gomes de Oliveira Filho

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Assessoria de Administração, sob orientação do Professor Doutor Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva.



Dedicatória

Em memória de meu pai, Jaime Gomes de Oliveira, que mesmo não estando entre nós, continua a guiar meus passos com os ensinamentos deixados.

A minha mãe, Tereza Bardela, quem vê seu jeitinho não imagina a guerreira que habita na senhora.

Os amo do fundo do coração!

“Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.”

Benjamin Franklin

Agradecimentos

Primeiramente à Deus por minha vida, família e amigos. Agradeço Senhor pelos teus planos para minha vida, pois são sempre maiores que meus próprios sonhos.

A minha querida esposa Rozangela Gomes Ferreira, pelo amor, ajuda, incentivo e apoio incondicional. Te amo!

Aos meus irmãos pelo simples fato de existirem. Mesmo com as dificuldades que encontramos no caminho, vocês, em momento algum, fizeram com que eu me sentisse sozinha no mundo. Amo vocês de forma incondicional.

Meus agradecimentos aos companheiros de Mestrado, em especial a Gustavo Girardi, Hígila Normando, Marcelo Tenório e Miralba Uchoa, irmãos na amizade.

Ao Prof. Dr. Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva pela orientação, apoio e confiança.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa etapa de minha de minha vida, o meu muito obrigado.

Resumo:

Pesquisas evidenciam cenário preocupante de endividamento da população brasileira condicionada pela falta de educação financeiro e por hábitos de consumo em que os gastos excedem a renda mensal individual ou familiar. Nesse contexto, o presente estudo objetivou identificar a relação do uso do planejamento pessoal com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Para sua consecução, buscou-se analisar os hábitos financeiros da população investigada; identificar quais as ferramentas de controle financeiro utilizam; bem como, analisar como o planejamento pode contribuir no controle das finanças pessoais; e, por fim, verificar qual a relação entre o planejamento e o endividamento pessoal. Para isso, a pesquisa classifica-se em sua natureza como básica, tendo uma abordagem quantitativa em relação ao problema, com caráter descritivo e exploratório quanto aos objetivos e foram utilizados como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa levantamento, com a aplicação de questionário ao público-alvo. A partir da análise dos dados foi possível perceber a importância tanto do planejamento das finanças pessoais, como da utilização de mecanismos de controle. Evidenciou-se também que 80,2% da população pesquisada realiza o controle financeiro, sendo que as principais ferramentas de controle utilizadas são as planilhas, seguida de anotações e do orçamento pessoal. Pode-se identificar que aqueles que fazem o uso do planejamento também detêm maior estabilidade em relação a situação financeira. Além do mais, entre os que realizam planejamento de metas e objetivos, 72% também adotam ferramentas de controle, o que proporciona maior domínio sobre a situação financeira. Como conclusão, foi identificado que 70% daqueles que não possuem dívidas, ou as possuem dentro de sua capacidade orçamentária de pagamento, fazem o uso do planejamento, seja individual ou familiar.

Palavras chave: Educação financeira, finanças pessoais, planejamento financeiro, endividamento.

Abstract:

Research shows a worrying scenario of indebtedness of the Brazilian population conditioned by the lack of financial education and consumption habits in which expenses exceed the individual or family monthly income. In this context, the present study aimed to identify the relationship between the use of personal planning and the financial situation of public servants at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia. To achieve this, we sought to analyze the financial habits of the investigated population; identify which financial control tools they use; as well as analyzing how planning can contribute to the control of personal finances; and, finally, to verify the relationship between planning and personal indebtedness. For this, the research is classified in its nature as basic, having a quantitative approach in relation to the problem, with a descriptive and exploratory character regarding the objectives and the bibliographic research and the survey research were used as technical procedures, with the application of a questionnaire to the target audience. From the data analysis, it was possible to perceive the importance of both personal finance planning and the use of control mechanisms. It was also shown that 80.2% of the population surveyed performs financial control, and the main control tools used are spreadsheets, followed by notes and the personal budget. It can be identified that those who make use of planning also have greater stability in relation to their financial situation. Furthermore, among those who plan goals and objectives, 72% also adopt control tools, which provides greater control over their financial situation. In conclusion, it was identified that 70% of those who do not have debts, or have them within their budgetary capacity to pay, make use of planning, whether individual or family.

Key words: Financial education, personal finance, financial planning, indebtedness.

Índice geral

Capítulo I – Introdução	1
1.1 Problema de Pesquisa	3
1.2 Objetivos.....	3
1.2.1 Objetivo Geral.....	4
1.2.2 Objetivos Específicos	4
1.3 Justificativa	4
1.4 Delimitação da Pesquisa	6
1.5 Estrutura do Trabalho	6
Capítulo II – Referencial/Enquadramento Teórico.....	8
2.1 Administração Financeira e Finanças Pessoais.....	9
2.2 Educação Financeira.....	13
2.3 Planejamento Financeiro Pessoal.....	20
2.3.1 Instrumentos de Controle.....	23
2.3.1.1 Orçamento.....	23
2.3.1.2 Fluxo de Caixa	26
2.3.1.3 Balanço Patrimonial	29
Capítulo III –Metodologia.....	33
3.1 Classificação do Tipo da Pesquisa	34
3.1.1 Classificação Quanto à Abordagem do Problema.....	35
3.1.2 Classificação quanto à natureza da pesquisa	36
3.1.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa.....	37
3.1.3.1 Pesquisa descritiva	37
3.1.3.2 Pesquisa exploratória.....	37
3.1.4 Classificação quanto aos procedimentos técnicas.....	38
3.1.4.1 Pesquisa bibliográfica.....	38
3.1.4.2 Pesquisa levantamento.....	39

3.2	Procedimentos Metodológicos	39
Capítulo IV – Análise e Interpretação dos Dados		43
4.1	Descrição da População-Alvo da Pesquisa.....	44
4.2	Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa	48
4.3	Análise e Comparativo entre Informações Coletadas	56
Capítulo V – Conclusões e Recomendações		64
Referências bibliográficas		69
Apêndices		76
Apêndice I – Questionário		77

Índice de Gáficos

Grafico 01 - Área das finanças	11
Grafico 02 - Sexo	45
Grafico 03 – Faixa etária	45
Grafico 04 – Estado civil.....	46
Grafico 05 - Escolaridade.....	47
Grafico 06 – Renda mensal	47
Grafico 07 – Satisfação financeira.....	48
Grafico 08 – Ferramentas de controle.....	51
Grafico 09 – Nível de endividamento	52
Grafico 10 – Tipos de dívidas	53

Índice de Tabelas

Tabela 01 – Tipos de despesas	25
Tabela 02 – Modelo de orçamento básico.....	25
Tabela 03 – Modelo de fluxo de caixa.....	27
Tabela 04 – Modelo de balanço patrimonial pessoal.....	31
Tabela 05 – Classificação de tipos de pesquisa.....	35
Tabela 06 – Nível de educação financeira	49
Tabela 07 – Planejamento de metas e objetivos financeiros	50
Tabela 08 – Gastos mensais em relação a renda	52
Tabela 09 – Aspectos quanto ao uso do dinheiro e ao controle	55
Tabela 10 – Comparativo entre níveis de educação financeira e endividamento.....	57
Tabela 11 – Comparativo entre planejamento e nível de endividamento	58
Tabela 12 – Comparativo entre planejamento e ferramentas de controle	59
Tabela 13 – Comparativo entre ferramentas de controle e e gastos em relação a renda	60
Tabela 14 – Comparativo entre nível de endividamento e tipos de dívidas.....	61
Tabela 15 – Comparativo entre planejamento e nível de satisfação financeira	62

Lista de abreviaturas

AFB-Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil

Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

BCB – Banco Central do Brasil

BM&Fbovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

COVID-19 - Corona Vírus Disease 19

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ENEF - Estratégia Nacional da Educação Financeira

FBEF – Fórum Brasileiro de Educação Financeira

Febraban - Federação Brasileira dos Bancos

G20 - Grupo dos 20

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

INFE - Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

OSCIP - organização da sociedade civil de interesse público

Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SERASA - Serviços de Assessoria S.A.

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

Susep - Superintendência de Seguros Privados

Pesquisas recentes evidenciam a necessidade urgente de se buscar e investir em educação financeira dado os altos índices de endividamento da população. A falta de conhecimento relacionado às finanças, planejamento pessoal e mecanismos de controle financeiro acabam fazendo com que os gastos sejam superiores à capacidade de geração de renda, resultando no comprometimento da saúde financeira, causando o endividamento e assim afetando a qualidade de vida do indivíduo.

No relatório sobre alfabetização financeira de adultos do Grupo dos 20 (G20), emitido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram apontados baixos níveis de educação financeira em todo mundo. No Brasil, o resultado obtido pela OCDE não é diferente, visto que aponta que a falta de conhecimento sobre finanças pessoais e a ausência de planejamento financeiro acabam comprometendo as finanças de parcela considerável da população brasileira.

Até meados da década de 1990, o Brasil passou por volatilidade econômica, o que ocasionou longos períodos de instabilidade financeira com as hiperinflações. Tal fator contribuiu para que a falta de planejamento financeiro se caracterizasse como aspecto cultural no Brasil, visto que os constantes aumentos dos preços nos produtos e serviços dificultavam uma previsão de gastos, gerando com isso altos níveis de endividamento. O Serasa Experian, em seu Mapa de Inadimplência e Renegociação de Dívidas referente à Maio de 2022 divulgou que 66,58 milhões de brasileiros encontravam-se inadimplentes, estabelecendo o recorde da série histórica que iniciou em 2016.

Para Ribeiro & Lara (2016), o endividamento da classe trabalhadora brasileira está inserido no contexto financeiro que o Brasil se encontra desde a década de 1990, com criação e expansão de vários produtos e serviços financeiros, os quais começaram a serem ofertados a classe trabalhadora que até então não possuíam acesso ao crédito. Os principais produtos e serviços financeiros que contribuíram para o endividamento dos brasileiros foram o cartão de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário, crédito para aquisição de automóveis, cheque pré-datado, cheque especial e carnês comerciais.

Considerando essa conjuntura de fatores econômicos e financeiros na vida pessoal, aliado a ausência de conhecimentos necessários para realizar a gestão das finanças, faz com que o indivíduo dificilmente se mantenha financeiramente saudável o que o leva a comprometer parcelas significativas de sua renda, não atendendo a todos os compromissos financeiros obtidos e tendo como resultado o endividamento. Essa

condição acaba afetando não somente o indivíduo si, mas a sociedade de maneira geral e por consequência a economia do país.

Nesse contexto, políticas públicas foram instituídas e vêm sendo implementadas, como por exemplo a Estratégia Nacional da Educação Financeira – ENEF, que é uma mobilização multissetorial voltada ao fomento da educação financeira no Brasil. Tais iniciativas visam, dentre outros objetivos, reforçar a importância da disseminação da Educação Financeira na sociedade e, conseqüentemente, o despertar da consciência de que a elaboração de um bom planejamento financeiro que se inicia com a análise da situação financeira atual, definição de objetivos e a utilização de ferramentas de controle geram bem estar social, financeiro e econômico devido a um consumo planejado e consciente.

Diante de tal realidade, é possível inferir a influência positiva que a educação financeira tem, no que diz respeito ao modo como o indivíduo se relaciona com suas finanças. Dessa forma, compreender como o planejamento financeiro, pode afetar o desenvolvimento econômico do trabalhador e, conseqüentemente sua qualidade de vida, mostra-se como um tema de vital importância a ser pesquisado.

1.1 Problema de Pesquisa

A partir das considerações sobre finanças pessoais descritas anteriormente, este estudo propõe-se a responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação do uso de planejamento com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia? As concepções de Cerbasi, Cavalcante e demais teóricos citados, são suportes para o alcance dos objetivos propostos, contribuindo para a obtenção da resposta à questão de pesquisa supracitada..

1.2 Objetivos

Aqui serão feitas as abordagens do objetivo geral e objetivos específicos. Para Gil (2002), os problemas de investigação geralmente são bastante genéricos. Contudo, há a necessidade de especificá-los de forma precisa para realização da pesquisa. Dessa forma, o autor destaca que o objetivo geral é uma direção a seguir, um ponto de partida, ao passo que os objetivos específicos são os delimitadores do que será obtido na pesquisa, ou seja, os parâmetros para o deslinde da investigação.

Lakatos (2021) dispõe que os objetivos podem ser gerais e específicos e respondem às questões para quê? e para quem?. Segundo o autor, o objetivo geral está relacionado à visão global e abrangente do tema, sendo seu conteúdo inerente aos fenômenos e eventos, bem como à ideia estudada e está vinculado diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto. Enquanto, o objetivo específico possui aspectos mais concretos, sua função intermediária e instrumental permite tanto atingir o objetivo geral, quanto aplicar o objetivo geral a casos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo geral identificar a relação do uso do planejamento pessoal com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

1.2.2 Objetivos Específicos

No que se refere aos objetivos específicos, foram identificados os seguintes:

Analisar os hábitos financeiros da população investigada;

Identificar quais as ferramentas de controle financeiro são utilizadas;

Analisar como o planejamento pode contribuir no controle das finanças pessoais;

Verificar qual a relação entre o planejamento e o endividamento pessoal.

1.3 Justificativa

Segundo estudos recentes parte considerável da população na atualidade possui problemas financeiros gerados por hábitos de consumo que excedem a sua renda e ao final do mês não é possível efetuar o pagamento dos compromissos financeiros contraídos. O grande vilão desse panorama é a falta de preocupação com a educação financeira pessoal, o que reflete em endividamento. Em relatório sobre a alfabetização financeira de adultos nos países do Grupo dos 20 (G20), emitido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram destacados níveis preocupantemente baixos de educação financeira em todo o mundo. Evidenciando a necessidade de abordar estratégias de longo prazo relativas à educação financeira, além de medidas repetidas para mostrar o progresso ao longo do tempo e revelar lacunas na oferta (OCDE, 2017).

Os dados da pesquisa nacional são usados para comparar o conhecimento financeiro, comportamento, atitudes e inclusão de 101.596 adultos com idades entre 18 e 79 anos em 21 países. Na maioria dos casos, os dados foram coletados usando o *kit* de ferramentas de medição de educação financeira e inclusão financeira da Rede Internacional da OCDE sobre Educação Financeira (OCDE / INFE). No Brasil o panorama não se diferencia do resultado obtido pela OCDE no restante do mundo, sendo que a falta de conhecimento sobre finanças pessoais, e por consequência o não planejamento e falta de organização acabam comprometendo a saúde financeira de boa parcela dos brasileiros.

Pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em todas as capitais brasileiras, e publicada em 2018 pela Agência Brasil revela que 6 em cada 10 brasileiros reconhecem que nunca, ou apenas às vezes, preocupam-se com o controle de suas vidas financeiras, 17% dos pesquisados, sempre ou frequentemente, necessitam utilizar cartão de crédito, cheque especial ou ainda pedir dinheiro emprestado para honrar os compromissos financeiros do mês.

O estudo aponta que o percentual aumenta em 24% entre os consumidores mais jovens, e que há os que necessitam recorrer ao crédito para complementar sua renda (Agência Brasil, 2018). Os dados coletados pela pesquisa revelam ainda que a organização financeira não é parte integrante do cotidiano do brasileiro, o que acaba levando-o ao endividamento e a restrições de crédito no mercado de consumo.

No que se refere ao presente trabalho os resultados obtidos podem trazer benefícios para a população em estudo, pois os indivíduos que utilizam uma ferramenta de gestão financeira podem avaliar suas decisões obtendo melhoria da qualidade de vida ao reduzir preocupações com a capacidade de pagar suas dívidas, além de trazer a possibilidade de economizar dinheiro para empreendimentos futuros .

Para a sociedade poderá fornecer informações a respeito da gestão financeira pessoal e o uso do planejamento financeiro. Ademais, através dos resultados da pesquisa as pessoas poderão ter o estímulo em manter seus gastos dentro das expectativas de ganhos e almejar o alcance de objetivos que necessitem de recursos financeiros, além de possibilitar a criação de riqueza para si e para sua família.

1.4 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa teve como população-alvo os servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO pelo motivo de possuírem estabilidade profissional e financeira, assim como plano de carreira e remuneração estabelecidos em lei. Associado a isso, os servidores públicos gozam de maior facilidade na captação de recursos junto às instituições financeiras que os oferecem empréstimos consignados com melhores taxas de juros.

Devido a essas características a pesquisa foi empreendida no intuito de entender os hábitos financeiros de consumo, como gerenciam suas finanças, se há planejamento financeiro pessoal, e quais mecanismos de controle financeiro utilizam. Os dados para o estudo foram coletadas por meio de aplicação de questionário encaminhado eletronicamente via e-mail institucional aos servidores pertencentes ao quadro funcional da instituição, tratados e analisados, conforme apresentado no decorrer deste trabalho.

1.5 Estrutura do Trabalho

A presente pesquisa está dividida em cinco capítulos e o primeiro capítulo destina-se à introdução, à apresentação do problema de pesquisa, aos objetivos geral e específicos que estabelecem a finalidade da pesquisa desenvolvida, assim como a justificativa do desenvolvimento da mesma, abordando sua contribuição para o público-alvo e à sociedade. Em seguida é estabelecido a delimitação do estudo e finalmente esta seção dispõe da estrutura deste trabalho.

O segundo capítulo estabelece os fundamentos teóricos e a revisão da literatura referentes ao estudo abordado. Nele são estudados os tópicos de administração financeira e finanças pessoais, educação financeira, planejamento financeiro pessoal, bem como os instrumentos de controle financeiro.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. O capítulo inicia-se com uma introdução metodológica e posteriormente é apresentada a classificação da pesquisa em relação à abordagem, ao objetivo da pesquisa e quanto aos procedimentos utilizados.

No quarto capítulo é exposta a análise e interpretação dos dados coletados por meio do questionário aplicado. Esse capítulo é iniciado com uma sucinta descrição do público-alvo da pesquisa, contextualizando o estudo.

No quinto capítulo é apresentada a conclusão e recomendações, elencado componentes que indicam como o objetivo geral e os específicos foram atendidos, além da resposta à pergunta de pesquisa, bem como as recomendações para trabalhos futuros. Por fim, são apresentados as referências bibliográficas e apêndice.

CAPÍTULO II – REFERENCIAL/ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo tem por finalidade apresentar o levantamento bibliográfico relacionado ao estudo. Buscou-se conhecimento por meio de livros e publicações científicas para o devido enquadramento teórico da pesquisa e sua construção. De posse das bases teóricas foram conceituadas a administração financeira e finanças pessoais, a educação financeira, o planejamento financeiro, e trazidas definições de mecanismos de controle financeiro como orçamento, fluxo de caixa e balanço patrimonial na busca do entendimento da relevância do gerenciamento e controle dos recursos financeiros pessoais.

2.1 Administração Financeira e Finanças Pessoais

Maximiano (2014) menciona que a administração surgiu com as primeiras decisões sobre o emprego de recursos para alcance de objetivos. O autor complementa que há milhares de anos nossos ancestrais organizavam-se em grupos para planejar e empreender caçadas a grandes animais, bem como promover a guerra. Evidências históricas recentes demonstram que os nativos das Américas possuíam relevante capacidade de organização para a guerra, assim como de planejar e construir cidades.

De acordo com Cavalcante (2015) o homem sempre necessitou se organizar em sociedades desde os períodos mais antigos, e, por sermos naturalmente sociais nos organizamos para o alcance de um objetivo comum. O autor complementa que administração é uma palavra vinda do latim “administratione”, que é a união do “ad”, que significa direção, tendência, e “minister”, que significa subordinação ou obediência. Então, deu-se o conceito inicial de administração como a realização de uma função comandada por alguém, realizar serviço a alguém.

Lacombe (2017) corrobora ao afirmar que convivemos há séculos com a administração e a praticamos desde os períodos primordiais da humanidade, no entanto dizemos ser um campo novo. Na verdade o que é novidade é a sistematização dos conhecimentos e a complexidade atingida mais recentemente pelas grandes organizações. O autor complementa que há mais de 2.000 anos o império Romano dispunha de uma administração com certa complexidade, e que a própria igreja Católica Romana possui modelo de administração concebido no século II.

Quanto à administração moderna, Cavalcante (2015) destaca seu início com a revolução industrial. Durante esse período ocorreram profundas mudanças na sociedade, na política, na economia e, essencialmente, nas empresas, as quais cresciam de maneira

rápida e desordenada, no imprevisto e “achismo”. Durante a revolução industrial diversas empresas eram criadas a todo o momento originando-se uma grande concorrência. Nesse contexto as empresas necessitavam ser eficientes e produtivas para não desaparecerem, dada a competitividade existente. Com base nisso, a essência da administração tomou contornos diferentes.

Segundo Neto (2018) a administração é uma ciência com um conjunto de fundamentos que foram gradualmente organizados, sistematizados e adquiridos por meio da observação, experimentação, identificação, pesquisa e interpretação de fenômenos e fatos no mundo em que vivemos, especialmente no mundo das organizações. Ainda de acordo com o autor a administração baseia-se em ideias, definições e teorias que se sustentam como fundamentos para a análise, interpretação de dados e informações, bem como para a tomada de decisões visando à resolução de questões administrativas.

Nessa mesma vertente de pensamento, Oliveira (2019) assegura que a administração é um conjunto de princípios consolidados em um sistema estruturado e intuitivo de processos e funções que visam alavancar, harmoniosamente, o planejamento do futuro pretendido e, consecutivamente, buscam controlar e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade. Assim como organizar, estruturar e direcionar os recursos organizacionais, principalmente as pessoas, de forma a alcançar os resultados desejados com o mínimo de conflitos interpessoais.

Dos conceitos extraídos pode-se afirmar que a administração sempre fez parte da história da humanidade. Em seus primórdios objetivava a organização de grupos para prover a caça, a guerra e a construção de cidades organizadas. Com a evolução humana e a organização em sociedades mais complexas, a administração tornou-se uma ciência sistematizada a fim de levar a compreensão de fatos e fenômenos. No âmbito organizacional os fundamentos da administração foram gradualmente moldados por meio de princípios estruturados, visando o alcance de resultados almejados pelas organizações.

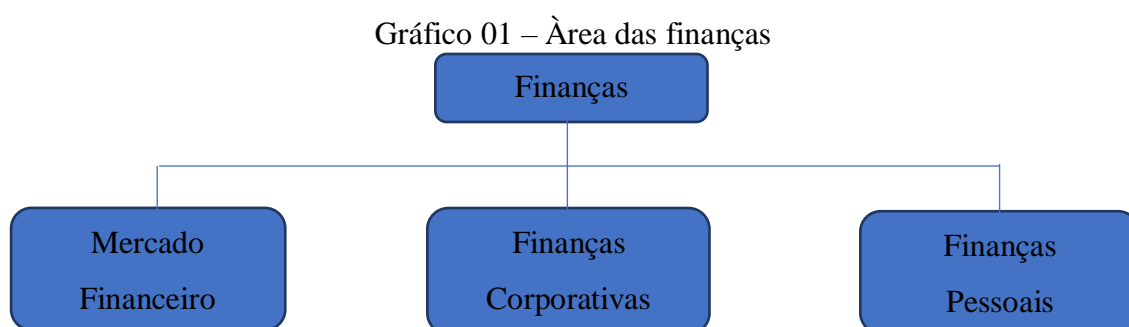
A administração possui como uma de suas áreas mais tradicionais a financeira. Neto e Lima (2016) definem administração financeira como campo de estudo teórico e prático que busca promover um processo empresarial eficiente de captação (financiamento) e alocação (investimento) de recursos de capital. Complementam que a área financeira da administração relaciona-se tanto com problemas de escassez de recursos, quanto com a

realidade operacional e a prática da gestão financeira empresarial. Por sua vez, Cornett *et al.* (2013, p.5) definem administração financeira como “processo e análise para tomar decisões financeiras em seu contexto de negócios”.

Para Silva (2009) a administração financeira pode ser exercida nas mais variadas organizações e busca gerir as finanças para obtenção de lucros, tendo por objetivo potencializar o valor de mercado do capital e remunerar os acionistas por meio de lucros e/ou dividendos. Nesse mesma vertente teórica, Ross *et al.* (2013, p.10) conceituam de maneira ampla, que administração financeira busca “maximizar o valor de mercado do patrimônio dos proprietários”.

Logo, evidencia-se que a área das finanças é função típica do ambiente empresarial que administra os recursos econômicos, patrimoniais e financeiros com propósito empresarial de aumentar o valor de mercado da empresa e a remuneração de acionistas e investidores. Mas, não obstante, o ramo das finanças também é aplicado no âmbito da vida pessoal, ajudando o indivíduo a gerir adequadamente suas finanças, economias e investimentos (Oliveira, 2019). Gerir de forma eficaz os ganhos e as despesas individuais de cada pessoa é o que se conhecesse atualmente por finanças pessoais (Neto, 2019).

Neto e Lima (2016) subdividem a área das finanças em três seguimentos, sendo eles: mercado financeiro, finanças corporativas e finanças pessoais, conforme apresentado no diagrama a seguir:



Fonte: Neto e Lima (2016).

O campo das finanças pessoais tem por objeto de estudo e análise as possibilidades de financiamento para aquisição de bens e serviços visando a satisfação pessoal. Consiste na capacidade de lidar com o dinheiro próprio ou de terceiros, tendo em vista uma

economia organizada em moeda e crédito, assim como a destinação da força de trabalho e ativos do indivíduo para obtenção de dinheiro e crédito. Em suma, como ganhar e gastar bem é o desafio tratado por meio das finanças pessoais (Pires, 2006). Nessa mesma linha de raciocínio, Cornett *et al.* (2013) representam finanças como o meio em que as pessoas e as organizações captam e aplicam seu capital, utilizam os recursos financeiros e responsabilizam-se pelos riscos relacionados. Os autores complementam que o conhecimento na área das finanças podem auxiliar na tomada de decisões financeiras na vida pessoal e enumeram exemplos, tais como: contrair empréstimo para aquisição de veículo; refinanciamento da casa com juros menores; pagamentos de cartões de crédito ou empréstimos estudantis; e, geração de economias para a aposentadoria.

Por meio das finanças pessoais é estudado o impacto das decisões financeiras na vida pessoal ou familiar, bem como o levantamento das necessidades, o planejamento financeiro e a criação do orçamento, tendo como objetivo facilitar o controle dos gastos, aliado a aquisição dos bens ou serviços que atendam às necessidades individuais ou de um grupo (Junior *et al.*, 2020).

Para Sousa (2018) referir-se à gestão financeira é falar em criar e manter a capacidade de honrar compromissos financeiros presentes e futuros, de maneira a alcançar metas e objetivos de curto, médio e longo prazos. Ainda segundo Sousa (2018, p.8) “a capacidade financeira é estabelecida, basicamente, por:”

““Fluxo financeiro”, mais comumente chamado de “fluxo de caixa”, que é composto das entradas – por exemplo, receita de salário, e saídas – por exemplo, despesas com compras de supermercado. “Estoque financeiro ou patrimônio líquido”, representado pelo balanço patrimonial, que é composto pelos ativos – por exemplo, imóveis, e passivos – por exemplo, um financiamento imobiliário.”

Ainda segundo Sousa (2018, p. 9) deve-se buscar uma boa gestão das finanças, a fim de que os objetivos de curto, médio e longo prazos não sejam prejudicados.

“A boa gestão financeira deve ser perseguida para que os objetivos de curto, médio e longo prazos não sejam frustrados e sejam atingidos sem acarretar a dilapidação patrimonial, a dependência de terceiros, o endividamento e, no limite, a insolvência.”

Com base nos conceitos trazidos por meio dos autores pode-se dizer que para obter ou chegar o mais próximo possível da situação ideal nas finanças pessoais ou para superar situações de desequilíbrio é preciso planejar e controlar o uso do dinheiro e do crédito, além de definir objetivos e metas não só financeiros, mas de vida. Importante, também, compreender que aplicam-se às finanças pessoais basicamente os mesmos conceitos financeiros utilizados em empresas privadas, tais como planejamento, orçamento, fluxo de caixa entre outras funções que fazem parte do cotidiano financeiro e que podem ser adaptados e aplicados a uma pessoa física.

2.2 Educação Financeira

A OCDE (2018, p. 17) em seu relatório econômico sobre o Brasil trouxe breve histórico econômico recente do país:

“A história econômica do Brasil é caracterizada por significativa volatilidade econômica até 1994. Entre a volta da democracia em 1985 e 1994, a economia passou por períodos de hiperinflação, recessões e breves intervalos de relativa estabilidade com planos econômicos que terminaram em fracasso. A inflação atingiu o pico de 2,950 por cento em 1990. A turbulência macroeconômica fez com que o foco dos agentes econômicos se voltasse fortemente ao curto prazo e foi muito prejudicial para os pobres, que não conseguiam se proteger da inflação. Isso mudou apenas com o plano Real - de 1994 - que estabeleceu o regime cambial de paridade deslizante ("crawling-peg"), limitou os gastos públicos e desfez grande parte da indexação inflacionária existente. Sob o novo sistema de moeda, o Real ficou sobrevalorizado e déficits em conta corrente significativos emergiram, o que dificultou o financiamento, pois a liquidez internacional secou após a crise asiática. Como consequência, adotou-se em 1999 um regime de taxa de câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação. O Brasil entrou na crise global de 2008 com reservas significativas para adotar políticas anticíclicas e, inicialmente, mostrou grande resiliência, com forte recuperação do crescimento econômico em 2010. Desde então, no entanto, uma combinação de desequilíbrios fiscais crescentes, aumento das políticas econômicas intervencionistas e deficiências estruturais negligenciadas levou à brusca erosão da confiança, que finalmente levou à mais forte recessão da economia já registrada.”

O Banco Central do Brasil – BCB (2009, p. 1), em seu boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro dispõe que:

“Até meados da década de 1990, o ambiente de inflação crônica então existente no país dificultava o planejamento adequado das finanças das famílias brasileiras, uma vez que era difícil conciliar os constantes acréscimos nos preços com seus ganhos. Essa situação colocava à margem do sistema financeiro parcela significativa da sociedade brasileira, cujos recursos não eram suficientes para atender às exigências das instituições financeiras quanto à obtenção de crédito e à realização de investimentos.”

O cenário inflacionário de incertezas econômicas possuiu a se estabilizar a partir da primeira metade da década de 1990. De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB) o processo de estabilização da economia iniciado em 1993, por meio do Plano Real, representou o marco do controle inflacionário no Brasil. A partir de 1º de julho de 1994, com o início da circulação do Real, houve a mudança de um cenário de inflação que chegou aos 4.922% em junho de 1994, no acumulado de 12 meses. A inflação ao término de 1994 foi de 916 %, e em 1995 atingiu 22%. A partir de então o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período de 12 meses, em raras excessões, ultrapassou os 9%, mesmo em períodos de crises internas e internacionais.

Ainda no início da década de 1990 a inflação atingia patamares de 80% ao mês, ou seja, o salário após 30 dias perdia quase a metade do seu poder de compra. Nesse período tinha-se como estratégia a compra e estoque de alimentos e produtos de necessidade básica pela população. Os comerciantes tiveram que se organizar para atender intensas demandas de consumo no início de cada mês e nas semanas seguintes conviver com corredores vazios. A inflação em si funciona como uma espécie de imposto sobre a moeda e o poder de compra diminui quando há o aumento da inflação. Com isso, a elevação do custo de vida causado pela crescente alta de preços diminui a quantidade de bens e serviços que pode ser adquirido por meio do salário. Contudo, com a implantação do Real houve a estabilização de preços o que mudou os hábitos de consumo do brasileiro (BCB, 2022).

Para assegurar o rendimento das aplicações, correntistas diariamente compareciam aos bancos, pois o dinheiro parado desvalorizava rapidamente e aplicações de curto prazo,

assim como compras e vendas de títulos públicos pelo prazo de uma noite (overnight), configuraram a superinflação. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil vem atuando desde o final da década de 1990 para um sistema financeiro mais eficiente e acessível à população brasileira (BCB, 2022).

A partir do controle da inflação, com a implantação do plano real, o crescimento econômico e a possibilidade de acesso ao crédito incrementou o mercado interno, elevando o consumo de bens e serviços pelo povo brasileiro, dando garantias também a possibilidade de planejar a longo prazo. O BCB (2022) enfatiza que a estabilidade de preços proporciona melhores condições para o planejamento, as empresas dispõem de condições para investir e as famílias para dimensionar seus gastos durante o mês. Esse cenário favorece a criação de empregos e eleva o bem-estar social, além de viabilizar o crescimento econômica.

A inflação tem um impacto significativo no planejamento financeiro, principalmente no que se refere a planos de longo prazo. Para Vieira (2012), devido o Brasil ter atravessado décadas de inflação, a cultura do planejamento a longo prazo não foi desenvolvida na sociedade brasileira, visto que não havia como ter previsibilidade futura quanto à renda, à moeda e à situação econômica a longo prazo. Aliado a isso, Souza e Torralvo (2008) consideram que o consumismo é parte integrante da cultura do brasileiro, tendo como fim a obtenção de bens e serviços a curto prazo. A dinâmica de tais fatores conciliam para endividamento de grande parcela da população brasileira, situação que se agrava em momentos de crises econômicas, em especial a mais recente, gerada pela pandemia da COVID-19.

Pesquisa sobre endividamento realizada pelo Serasa Experian em 2021 revelou o perfil dos brasileiros endividados e o impacto gerado pela pandemia em suas finanças. Dos pontos de maior destaque estão:

- O endividamento atrapalha o bem-estar: 88% dos brasileiros sentiam-se envergonhados e 85% tiveram problemas relacionados ao sono.
- Principais motivos de endividamento entre os brasileiros: em 1º lugar na pesquisa foi o desemprego, com 30% dos respondentes. Na 2º posição, emprestar o nome com 11% das pessoas e, por último, falta de controle financeiro com 9%.

- Principais dívidas dos inadimplentes: 53% aparece o cartão de crédito e 34% mencionaram contas em lojas (crediários/carnês/cartões).
- Impactos emocionais com o endividamento: 64% tiveram a situação financeira afetada devido a pandemia. Deste percentual, 63% dos homens que participaram da entrevista acreditam que irão conseguir honrar suas dívidas, e 56% das mulheres possuem a mesma convicção.

O Mapa de Inadimplência e Renegociação de Dívidas relativo ao mês de maio de 2022, divulgado pelo Serasa Experian, empresa especializada em controle de crédito, mostra que o número de inadimplentes no país aumentou 0,68% em comparação a abril de 2022, esse percentual é um recorde desde 2016 quando iniciou a série histórica. Isso representa um salto de 63,13 milhões em abril 2022, para 66,58 milhões de inadimplentes em maio deste mesmo ano.

Para Ribeiro e Lara (2016) o endividamento da classe trabalhadora brasileira está inserido no contexto financeiro que o Brasil se encontra desde a década de 1990. Durante esse período o Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi impulsionado pela abertura financeira que promoveu a criação e expansão de vários produtos e serviços financeiros, os quais começaram a ser ofertados à classe trabalhadora, que até então não possuíam acesso ao crédito.

Ainda segundo Ribeiro e Lara (2016) os principais produtos e serviços financeiros que contribuíram para o endividamento dos brasileiros foram: o cartão de crédito, que hoje é amplamente ofertado, diferentemente da década de 1980, e corresponde a grande parte dos endividados; o crédito consignado, que foi regulamentado no governo Lula e facilitou acesso dos funcionários públicos, aposentados e pensionistas ao crédito; o crédito imobiliário, destinado prioritariamente a parcela da população com rendimentos mais baixos na década de 2000, tendo como destaque o programa Minha Casa, Minha Vida após 2009; e o crédito para aquisição de automóveis, dado o crescimento da produção automobilística. Apesar de apresentarem decréscimo de seu uso, demais serviços financeiros como cheque pré-datado, cheque especial e carnês comerciais, também são fortes responsáveis pelo endividamento.

A criação de produtos e serviços financeiros, associada à condição dos trabalhadores que necessitam de sua renda para pagamento das dívidas de curto, médio e longo

prazos, fez com que o capital concebesse uma estruturação de ideologias de responsabilização ao consumidor, além de possibilidade de autocontrole sobre a compulsão consumista. Direcionada por organizações internacionais, em específico da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira constitui um dos instrumentos ideológicos de instituições financeiras, de bancos comerciais e demais agências de concessão e controle de crédito (Ribeiro e Lara, 2016).

Segundo Mello (2009) Educação Financeira nada mais é que conceitos e práticas que visam uma melhor qualidade de vida ao longo do tempo, possibilitando segurança material de modo a usufruir dos prazeres da vida, além da obtenção de recursos que buscam superar possíveis imprevistos, visando a liberdade financeira. Oliveri (2013) diz que educação financeira é um processo de aprendizagem constante com o objetivo na tomada de decisões, tornando responsável pelos atos relacionados ao dinheiro e assim viver bem e de forma equilibrada. Ressalta ainda que é um processo interno e individual, e sua transmissão só é possível através da vivência, pois é a demonstração daquilo que se pratica.

O caderno de gestão financeira do Banco Central do Brasil (BCB, 2013) dispõe que a educação financeira é um importante mecanismo para estimular o desenvolvimento econômico, tendo em vista ser a forma de promover conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e sociedade. Complementa que as decisões financeiras dos indivíduos influenciam a economia, tendo em vista os problemas com níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

O mesmo caderno de gestão financeira do Banco Central do Brasil relaciona os benefícios trazidos pela Educação Financeira:

“A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor. (BCB, 2013, p. 11)”

Como se pode verificar, a educação financeira baseia-se em conceitos e práticas que buscam uma melhor qualidade de vida relacionada às finanças pessoais, o que influencia a economia de um país dado o grau de endividamento de seus indivíduos. Por sua vez, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005, p. 13), define a educação financeira como:

“Processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar e sua proteção.”

Logo, é importante compreender que Educação Financeira é a capacidade de conhecer, acompanhar e utilizar corretamente os recursos financeiros para melhorar a qualidade de vida e segurança econômica de um indivíduo e sua família. De maneira a entendermos o que seja “Qualidade de Vida”, a Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua o termo como sendo “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Para maior compreensão do grau de importância da Educação Financeira, em 2010, foi editado o Decreto Federal n. 7.397, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em 09 de junho de 2020 a referida norma legal foi revogada pelo Decreto Federal nº 10.393, que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF:

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A nova ENEF reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF (ENEF).

A ENEF têm como finalidades: Fortalecer a cidadania; Disseminar a educação financeira e previdenciária; Promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas; Aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro. A Estratégia Nacional de Educação Financeira é constituída por programas transversais e setoriais. Os programas transversais possuem ações que passam por vários setores e transcendem interesses inerentes à determinada instituição, ou seja, não são de responsabilidade exclusiva de um órgão ou entidade específica. Esses programas transversais são coordenados pela Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF-Brasil. Enquanto, os programas setoriais possuem ações e programas elaborados pelas instituições que integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF, sendo incumbência deste comitê a direção, supervisão e fomento do ENEF (Infográfico – ENEF).

O CONEF é composto pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). A AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil) foi criada em 2011 e é uma instituição sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) que tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico por meio do fomento da Educação Financeira no Brasil (Portal ENEF).

Em 2018 foi realizado o 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, um projeto da ENEF e coordenado pela AEF-Brasil. O objetivo do Mapeamento era visualizar o cenário da educação financeira no Brasil de forma mais abrangente e profunda. Além de, por meio dos dados coletados, promover reflexões sobre os desafios e as oportunidades da área de educação financeira.

De maneira preliminar, em 2009, foi realizado um levantamento das iniciativas de educação financeira no Brasil e foram identificadas 64 delas. Em 2013, o 1º Mapeamento Nacional constatou 803 iniciativas em regiões distintas do país e, em 2018, no 2º Mapeamento, foram indentificadas mais de 1.300 iniciativas em todo o

Brasil, distribuídas entre escolas do ensino médio e universidades, públicas e privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada.

O aumento de iniciativas realizadas em escolas públicas foi uma das boas notícias apontadas pelo estudo. As iniciativas registradas em 2013 eram pouco mais de 30%. Enquanto em 2018, elas atingiram a marca de 50%. O estudo também constatou que a metade das iniciativas registradas é da área de educação formal (AEF-Brasil, 2018).

Dada a importância da educação financeira, a ENEF foi instituído como uma política governamental permanente, sendo uma mobilização de diversos setores destinada ao fomento da educação financeira no território brasileiro. Podemos aferir que a educação financeira e o endividamento são intimamente ligados e que a educação financeira contribui com o sistema econômico, haja vista os esforços governamentais e de diversos setores, pois permite a população consumir produtos e serviços financeiros de maneira correta, diminuindo o descumprimento de suas obrigações de pagamento.

2.3 Planejamento Financeiro Pessoal

Em sua literatura, Neto (2019) expõe que para realizar sonhos de hoje em realidade futura deve haver uma vida financeira organizada. Para isso deve haver planejamento, sem o qual torna-se difícil economizar algo para investir. Segundo Júnior (2005) planejar é o processo que visa a decisão daquilo que se deseja realizar e qual a melhor forma de execução. Sendo o processo que busca definir objetivos de desempenho e estabelece a consecução de ações a serem executadas.

De acordo com Campos e Barsano (2020, p. 26) planejar é saber o cenário que se encontra, onde pretende chegar, como e quando chegar. Para isso, os autores enumeram uma série de medidas, sendo elas: “a. definir os objetivos ou resultados a serem alcançados; b. definir os meios para possibilitar a relação de resultados; c. tomar, no presente, decisões que afetem o futuro, para reduzir sua incerteza”.

Em sua literatura, Neto (2018, p. 92) define o ato de planejar da seguinte forma:

“Planejar, ou fazer planos, consiste basicamente em estabelecer o que fazer, quando fazer, como fazer, quem fazer e em que sequência fazer. É uma atividade que está presente no dia a dia de qualquer pessoa, embora não de forma estruturada, como se faz necessário quando está em jogo o futuro de uma organização.”

Pode-se compreender planejamento como uma metodologia administrativa que diagnostica e analisa situações presentes, de maneira a estabelecer resultados relacionados a objetivos e metas traçados por empresas e pessoas, além de definir ações e estratégias a serem executadas para o alcance dos resultados (Oliveira, 2019). Ainda sobre o tema o autor considera que a finalidade do planejamento é propiciar o suporte necessário a fim de que uma empresa, cidade, região ou pessoa atinjam uma situação futura desejada, bem como o que deve ser feito para o seu alcance, ou ao menos, aproximar-se da situação desejada.

O processo de planejar para Maximiano (2011) é o mecanismo que administra a relação com o futuro e visa a tomada de decisão, ou seja, as decisões que buscam influenciar o futuro são decisões de planejamento. Ainda, segundo Maximiano (2011, p. 88) o planejamento está ligado a atitudes voltadas às mudanças: “planejar é o resultado de atitudes favoráveis à mudança – de atitudes que reconhecem a necessidade de mudança e de ação para fazer a mudança acontecer”.

Pode-se compreender que planejamento é o ato ou efeito de elaborar um plano que visa o alcance de um objetivo pré-determinado, seja empresarial ou pessoal. Consiste em importante tarefa de preparação, organização e estruturação para se atingir um objetivo estabelecido previamente. Pode-se também afirmar que o planejamento é essencial na tomada de decisões para o futuro.

De acordo com Hoji (2017) o planejamento busca estabelecer antecipadamente as ações que deverão ser realizadas de acordo com os cenários e condições previamente estabelecidas, bem como previsões de recursos a serem utilizados e atribuição de responsabilidades, a fim de alcançar os objetivos delimitados. Em sentido similar, Lacombe (2017) define que planejar é pensar de forma antecipada o que se pretende alcançar, determinando os meios e recursos necessários para concretizar o desejado.

No âmbito das finanças pessoais, a Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar) define planejamento financeiro como processo que busca alcançar metas financeiras da vida pessoal, através da gestão dos recursos financeiros. Esse processo auxilia as pessoas a desenvolverem um olhar holístico das finanças pessoais, mostrando onde estão financeiramente, e onde querem estar no futuro e o que necessitam fazer para atingir os objetivos (Planejar, 2011).

Segundo Frankenberg (1999) o planejamento financeiro pessoal busca determinar e seguir uma estratégia voltada à objetivos de curto, médio ou longo prazo, sendo delimitada de forma precisa, deliberada e coordenada para o acúmulo de riqueza, sejam bens ou dinheiro, que irá construir o patrimônio pessoal e familiar. Como bem nos assegura Cerbasi (2016), o planejamento das finanças pessoais é o processo de gerenciar o dinheiro, tendo como objetivo gastar bem e com qualidade o que se ganha, economizando de forma disciplinada o necessário para manter um bom estilo de vida que se sustente ao decorrer do tempo.

O planejamento financeiro possibilita ajustar as necessidades fundamentais ao redimento familiar ou particular, identificar e eliminar gastos desnecessários, evitar pagamento de juros planejando as compras, superar eventuais problemas com maior facilidade, bem como alcançar objetivos de vida (Santos, 2014). Já para Júnior (2013) o planejamento financeiro facilita o gerenciamento do dinheiro tendo como objetivo o alcance da satisfação pessoal, permitindo o controle da situação financeira e, conseqüentemente, atendendo as necessidades e o alcance dos objetivos durante a vida. Nestes termos, inclui-se também a programação do orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

Nesse sentido, pode-se dizer que o planejamento financeiro é um processo contínuo, no qual se definem estratégias que devem ser revisadas periodicamente, funcionando como um mapa em que o conhecimento e o ajuste de todas as nossas receitas e despesas nos levarão aos nossos objetivos de curto, médio e longo prazo. Cita-se como exemplo a aquisição de um veículo ou a compra de uma casa própria, onde, para se alcançar esse objetivo, deve haver o planejamento com a delimitação da estratégia para que se alcance a aquisição.

Júnior (2013, p. 43) traz o seguinte ensinamento sobre planejamento financeiro pessoal:

“O planejamento financeiro deve funcionar como um mapa de navegação para a vida financeira. Mostra onde você está, aonde quer chegar e que caminhos percorrer para ser bem-sucedido. Nesse sentido, planejamento financeira pessoal permite direcionar as ações necessárias para se chegar ao fim desejado.”

Logo, é importante compreender que o planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer a estratégia com um conjunto de ações que ajudam as pessoas a projetar uma situação futura de acordo com os seus objetivos e compromissos. Desta forma, pode-se

considerar planejamento das finanças como uma ferramenta útil para qualquer pessoa que queira melhorar seus hábitos de consumo e se aproximar de seus objetivos pessoais.

Mas, Lacombe (2017) destaca que não adianta planejar se não houver o acompanhamento daquilo que foi planejado, bem como não adotar as medidas corretivas se algo estiver errado, ou seja, deve-se controlar. O autor acrescenta que não adianta planejar se não houver controle daquilo que foi planejado e também é impossível controlar o que não se planeja.

Assim, na próxima seção serão apresentados alguns mecanismos de controle, que originariamente foram concebidos no meio organizacional, mas que vêm sendo adaptados e aplicados para as finanças pessoais.

2.3.1 Instrumentos de Controle

Como já visto, não basta planejar as finanças com objetivos de médio e longo prazos, caso não hajam instrumentos de controle que possibilitem mapear as fontes de receita, despesas, investimentos e compromissos financeiros, e que auxiliem a identificar para onde o dinheiro está indo e a evitar gastos desnecessários.

Hoji (2017, p. 422) conceitua controle da seguinte forma:

“Controlar significa acompanhar a execução de atividades e comparar periodicamente o desempenho efetivo com o planejado. A função de controle envolve também a geração de informações para tomada de decisões e correção do eventual desvio do desempenho em relação ao originalmente projetado.”

Nesse sentido, serão tratados o orçamento, o fluxo de caixa e, complementarmente, o balanço patrimonial que são instrumentos essenciais para o controle do planejamento financeiro.

2.3.1.1 Orçamento

O orçamento no âmbito empresarial é um dos instrumentos de maior importância nas tomadas de decisões financeiras. Planejar o orçamento objetiva conhecer antecipadamente os resultados que se esperam, guiando para a execução das ações nas unidades da empresa e estabelecendo compromissos pelo gerenciamento dos recursos e resultados para determinado período futuro (Hoji, 2017). O autor complementa que o orçamento, além de ser um instrumento de planejamento, também é um fundamental

mecanismo de controle, tendo em vista que, mesmo sendo bem elaborado, não terá utilidade caso não haja o controle adequado sobre os resultados pretendidos.

De acordo com Sousa (2018) o orçamento é uma ferramenta essencial para o controle financeiro e a gestão do fluxo de caixa, auxiliando a avaliar com o que e como se está gastando. O autor complementa que o orçamento possibilita compreender a situação financeira e, especialmente, a avaliar:

“Se somos geradores de capacidade de poupança e em que magnitude, ou seja, o quanto sobra da nossa renda – depois de pagas as despesas e compromissos – para a constituição de reservas financeiras. Quais ações e ajustes precisamos e podemos fazer para que as reservas financeiras sejam adequadas para atingirmos nossos objetivos (Sousa, 2018, p. 10).”

Sousa (2018) destaca ainda que gerar poupança é primordial para o planejamento financeiro, visto que através dela pode-se constituir reserva para formação patrimonial. Para tanto, é de extrema importância a elaboração e análise do orçamento, pois através dele pode-se saber de onde vem e para onde vai o dinheiro.

No orçamento financeiro deve-se ter contas classificadas como fixas e variáveis. As contas fixas são aquelas que o valor não se alteram ao decorrer de determinado período, ao passo que as contas variáveis são aquelas em que o valor muda de acordo com a frequência que se utiliza (Santos, 2014). De maneira simples, as despesas fixas são aquelas que independem do nível de consumo. Ou seja, por mais que se utilize do bem ou serviço, não é preciso pagar nada a mais do que o esperado, tem-se como exemplo, a assinatura de plano de internet ou a aquisição de um celular parcelado, tais despesas estão sendo contraídas com um custo fixo, mesmo que sejam temporárias. Por sua vez, as despesas variáveis são aquelas que sofrem variação no preço de acordo com consumo do bem ou serviço. Pode-se ter como exemplo despesas com consumo de energia elétrica ou água, pois essas despesas sofrem variação conforme o consumo. De maneira simplificada a Tabela 01 ilustra os tipos de despesas fixas e variáveis.

Tabela 01 – Tipos de despesa

Classificação de despesas	
Fixas	Variáveis
Aluguel	Água
Condomínio	Energia Elétrica
Prestação de financiamento (Imóvel/Carro)	Vestuário
Serviço de Streaming	Alimentação
Mensalidade academia	Combustível ou transporte
Mensalidade Faculdade/Escola	Gastos com Lazer
Anuidade do cartão de crédito	Medicamentos
Serviços de internet	Demais despesas não previstas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pires (2007) assevera que o orçamento é um instrumento formulado para determinado período de tempo, seja ele semestral, anual, purianual. O orçamento é elaborado projetando em uma planilha todas as receitas e despesas, bem como lançando a previsão dos valores equivalentes a cada um dos meses de um ano, caso seja o período escolhido, nas respectivas rubricas orçamentárias. A título de ilustração o autor apresenta uma estrutura básica de orçamento, conforme modelo da Tabela 02.

Tabela 02 – Modelo de orçamento básico

Rubricas Orçamentárias	MESES												Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Saldo inicial														
Receita 1: salário														
Receita 2: aplicações														
Total de receitas														
Despesa 1: alimentação														
Despesa 2: aluguel														
Despesa 3: água														
Despesa 4: luz														
Despesa 5: telefone														
Total de despesas														
Saldo final														
Resultado														

Fonte: Pires (2007)

O orçamento é um instrumento que viabiliza a eliminação de pequenos e dispensáveis gastos, ao mesmo tempo ajuda a priorizar objetivos, elevando a qualidade de nosso

consumo e, como consequência, melhora a qualidade de vida e proporciona a realização de sonhos que dependem de dinheiro (Rocha, 2016).

Pelo exposto, pode-se determinar que o orçamento é parte do planejamento financeiro que busca a previsibilidade de receitas e despesas para determinado período futuro. Pode-se também concluir que trata-se de um instrumento de controle que possibilita prever a situação financeira futura evitando gastos desnecessários (como o pagamento de multas e juros por atrasos no cumprimento de obrigação financeiras), bem como possibilitar a obtenção de descontos com pagamentos antecipados, tendo em vista a previsibilidade de receitas superiores às despesas e saldo em caixa, além de proporcionar a realização de sonhos e a garantia de vida financeira saudável. Como bem exposto por Rocha (2016), o orçamento possibilita identificar com o que estamos gastando. Caso não saiba com o quê se está gastando o dinheiro é sinal que o faz sem qualidade.

2.3.1.2 Fluxo de Caixa

Para Campus e Barsano (2020) a função do fluxo de caixa é demonstrar as transações que movimentam o caixa, sendo necessário haver controle diário devido o fluxo ser muito dinâmico. “O fluxo de caixa é um esquema que representa as entradas e saídas de caixa ao longo do tempo. Em um fluxo de caixa, deve existir pelo menos uma saída e pelo menos uma entrada (ou vice-versa)” (Hoji, 2017, p. 77).

Para Sousa (2018, p. 10) “Além do orçamento, a administração do fluxo de caixa é outro importante instrumento da gestão financeira”. Uma boa gestão do fluxo de caixa pode reduzir divergências entre entradas e saídas de recursos, pois, até mesmo em um orçamento equilibrado pode ocorrer, mesmo que momentaneamente, de o fluxo ficar negativo levando a necessidade de resgates de investimentos em momento inoportuno ou gerar custos financeiros (Sousa, 2018).

Silva (2009) considera o fluxo de caixa o principal mecanismo de gestão financeira que busca planejar, controlar e analisar as receitas, as despesas, os custos e investimentos em determinado período. Consiste na representação de entradas e saídas de recursos financeiros propiciando a realização dos programas empresariais. Ainda segundo Silva (2009) a partir do fluxo de caixa é possível verificar possíveis excedentes e excaszez de caixa e adotar medidas saneadoras.

Pires (2007) distingue os instrumentos orçamento e fluxo de caixa, onde o primeiro geralmente leva em consideração o período de um ano, possibilitando o acompanhamento das variações mensais, enquanto o segundo realiza o acompanhamento do saldo diário buscando evitar deficits, ou a falta de dinheiro para pagamento de compromissos financeiros.

A Comissão de Valores Mobiliários, por meio do seu Programa Bem Estar Financeiro define fluxo de caixa como um “demonstrativo, organizado, sistemático e periódico, das entradas (receitas) e saídas (despesas, financiamentos, investimentos) de caixa (dinheiro) de uma unidade familiar, em um dado período de tempo” (CVM, 2018, p. 15). A Tabela 03 é o modelo de fluxo de caixa extraído da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Tabela 03 – Modelo de fluxo de caixa

FLUXO DE CAIXA		
Período:	_____ / _____	
	Realizado (R\$)	Realizado (%)
RECEITAS		
Salário		
13º salário		
Férias		
Renda Extra		
Renda de Investimentos		
Aluguéis		
RESERVAS		
Emergências		
Objetivos		
Aposentadoria complementar		
DESPEASAS		
Moradia		
Aluguel (ou prestação da casa própria)		
Condomínio		
IPTU		

Alimentação		
Compras de mercado		
Almoço semanal		
Lanches diários		
Saúde		
Plano de Saúde		
Farmácia		
Educação		
Mensalidade		
Materiais escolares		
Jornais/revistas		
Despesas Pessoais		
Cuidados e higiene pessoal		
Vestuário e acessórios		
Presentes		
Compras		
Transporte		
Prestação do carro		
Combustível		
Manutenção		
IPVA		
Seguro		
Estacionamento		
Transporte público		
Celular/TV/Internet		
Plano de celular		
Plano de TV por assinatura		
Internet		
Lazer		
Cinema/teatro		
Bares e restaurantes		

Passeios/parques/praias		
Viagens		
DÍVIDAS		
Empréstimos consignados		
Carnês e boletos		
Cheques pré-datados		
TOTAL DE RECEITAS		
TOTAL DE RESERVAS		
TOTAL DE DESPESAS		
TOTAL DE DÍVIDAS		
RESULTADO		

Fonte: CVM (2018)

Pode-se dizer que o fluxo de caixa tem como objetivo apurar entradas e saídas de dinheiro, que revelará a efetiva situação e capacidade financeira para cumprir obrigações. Essa ferramenta facilita a organização do orçamento pessoal de maneira que sempre haja saldo financeiro disponível possibilitando aquisições de novos ativos e investimentos.

2.3.1.3 Balanço Patrimonial

Segundo Sousa (2018, p. 13), “o balanço patrimonial é fundamental para os demais componentes do planejamento financeiro”. Hoji (2017) preceitua que o balanço patrimonial apresenta uma posição estática das finanças. Exemplifica como uma espécie de fotografia da situação financeira da empresa em determinado momento.

Para Higgins (2014), demonstrações financeiras são o principal meio para identificar a saúde financeira de uma empresa, que consiste em um balanço, em uma demonstração de resultados e de fluxo de caixa. “O balanço é um instantâneo financeiro, tomado em um ponto do tempo, de todos os ativos que a empresa detém e de todos os direitos contra esses ativos” (Higgins, 2014, p. 6).

O balanço demonstra a situação patrimonial e financeira empresarial em dado momento. A informação fornecida é totalmente estática e sua estrutura se apresentará relativamente distinta da inicial algum tempo depois. Entretanto, o balanço configura-se

como elemento inicial de fundamental importância para conhecer a situação econômica e financeira de uma empresa (Neto, 2020). Ainda de acordo com o autor, o balanço é composto de três partes primordiais, sendo elas: ativo, passivo e patrimônio líquido, devendo haver o equilíbrio entre essas três partes.

O balanço patrimonial é um instantâneo empresarial, um modo de organizar resumidamente aquilo que a empresa possui (seu ativo), e o que ela deve (seu passivo) e a diferença entre estes dois (o patrimônio líquido) em dado momento (Ross *et al.*, 2013). De forma objetiva é a “demonstração que mostra o valor contábil de uma empresa em determinado momento” (Ross *et al.*, 2013, p. 25).

Conforme visto, o conceito de balanço patrimonial é usualmente atrelado ao âmbito empresarial, mas sua aplicação no controle das finanças pessoais é de fundamental importância para que as pessoas possam identificar o seu capital. Ou seja, saber o total de ativos e passivos é tão importante quanto controlar as entradas e saídas mensais.

Frankenberg (1999) assevera que o processo de transformação exige respostas às questões “Onde estou” e “Onde quero chegar”. Definidos os objetivos, é necessário saber como estão as situações financeiras e patrimoniais, que podem ser averiguadas por meio de levantamento de tudo que possui (imóveis, aplicações financeiras, carros, jóias etc.) e de tudo que deve (especialmente as prestações mensais). O autor reforça que “um balanço é como uma fotografia de um determinado instante de nossas vidas” (Frankenberg, 1999, p. 73). A seguir têm-se a Tabela 04 como modelo de balanço patrimonial pessoal.

Tabela 04 – Modelo de balanço patrimonial pessoal

BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL										
BENS E DIREITOS	Ano 01		Ano 02		Ano 03		Ano 04		Ano 05	
Bens de uso pessoal										
Residência principal	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Residência secundária	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Automóvel 1	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Automóvel 2	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outros bens de uso pessoal	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Conta Corrente Bancária	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Bens de Investimento										
Reserva para emergências	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Reserva para aposentadoria	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outras Reservas	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Ações	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outros Investimentos	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Imóveis	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Bens de Negócios	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Total Bens e Direitos	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
OBRIGAÇÕES	Ano 01		Ano 02		Ano 03		Ano 04		Ano 05	
Uso Pessoal										
Financiamento Imobiliário	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Financiamento Automóvel	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outros Financiamentos/Empréstimos	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Cartão de Crédito	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Cheques pré-datados	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Crédito Pessoal	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Investimentos										
Financiamento para investimentos	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Ações Emprestadas	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Margem	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Empréstimos para investimentos	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Total Obrigações	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-

Fonte: CVM (2018)

De acordo com os conceitos, a elaboração do balanço patrimonial permite a visualização da situação financeira e patrimonial do indivíduo. Frankenberg (1999) exemplifica que se o balanço for realizado no primeiro dia de determinado mês, deverá ser lançado nos créditos tudo o que foi recebido até o último dia do mês anterior, quanto aos débitos deverá conter o valor de todas as dívidas ainda não pagas até mesma data.

De forma resumida pode-se determinar que o balanço patrimonial, por meio de informações relativas a ativos e passivos e o resultado do patrimônio líquido, permite mensurar o nível de endividamento, o nível de liquidez e a evolução patrimonial comparativa a outros períodos. Seu objetivo é retratar a realidade financeira e patrimonial pessoal ou familiar, de maneira a embasar tomadas de decisões que impactam as finanças.

Por fim, é possível aferir que a adoção de instrumentos de controle é essencial para o êxito do planejamento financeiro. Em síntese aos instrumentos apresentados, é possível aferir que o orçamento busca a previsibilidade de receitas e despesas para determinado período de tempo futuro, garantindo que o indivíduo não gaste mais do que pode. Por sua vez, o fluxo de caixa registra e controla as entradas e saídas recursos, visando evitar déficits, ou a falta de dinheiro para pagamento de compromissos financeiros. Enquanto, o balanço patrimonial permite visualizar de forma estática a situação financeira e patrimonial indicando a relação entre ativos e passivos do indivíduo.

O conhecimento científico é uma conquista relativamente recente da humanidade, surgindo entre o final do século XVI e início do século XVII com Galileu, onde desenvolveu-se uma linha de pensamento baseada em garantias e busca pelo real, procurando explicar os acontecimentos pela observação científica, aliada a raciocínio (Rampazzo, 2005).

Andrade (2012) esclarece que o surgimento da metodologia de pesquisa científica adveio dos questionamentos do homem sobre os acontecimentos do mundo exterior, na cultura e na natureza. “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento” (Andrade, 2012, p. 117).

3.1 Classificação do Tipo da Pesquisa

Segundo Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”.

A pesquisa baseia-se no raciocínio lógico, sendo um conjunto de procedimentos sistêmicos que busca soluções nas proposições de problemas, viabilizadas por meio de métodos científicos (Andrade, 2012). Ainda de acordo com autor vários são os tipos de pesquisa podendo ser classificadas de diversas maneiras, observando critérios que variam conforme diferentes enfoques.

Para Raupp e Beuren (2006), a pesquisa pode ser classificada em relação aos objetivos, sendo: exploratória, descritiva ou explicativa; em relação aos procedimentos, sendo: estudo de caso, levantamento ou survey, bibliográfica, documental, participante, experimental; e, em relação a abordagem do problema, sendo: qualitativa, quantitativa.

De acordo com Silva e Menezes (2005) a pesquisa quanto à sua natureza pode ser classificada como básica ou aplicada, e em relação a abordagem do problema classifica-se como pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Gil (2008) classifica a pesquisa como exploratória, descritiva e explicativa em relação aos seus objetivos; e, em quanto aos procedimentos técnicos a classifica como pesquisa bibliográfica, documental, experimental, ex-post facto, pesquisa levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa participante.

Vale destacar que não existe uma convergência entre os autores pesquisados quanto à tipologia e seus agrupamentos, por esse motivo o enquadramento realizado nesta

pesquisa foi feita com base na classificação usualmente utilizada nos trabalhos encontrados. “Os critérios para a classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo com o enfoque dado pelo autor. A divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologia, situações, objetivos, objetos de estudo etc” (Marconi e Lakatos, 2002, p. 19). Com isso, na Tabela nº 05 foi realizado um síntese geral das classificações e tipos de pesquisas de acordo com a literatura pesquisada.

Tabela 05 – Classificação de tipos de pesquisa

Classificação	Tipos de Pesquisa
Quanto à natureza	Pesquisa básica Pesquisa aplicada
Quanto à forma de abordagem do problema	Pesquisa qualitativa Pesquisa quantitativa
Quanto aos objetivos	Pesquisa exploratória Pesquisa descritiva Pesquisa explicativa
Quanto aos procedimentos técnicos	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Pesquisa de laboratório Pesquisa de campo Pesquisa ex-post facto Pesquisa levantamento Estudo de caso Pesquisa-ação Pesquisa participante

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

3.1.1 Classificação Quanto à Abordagem do Problema.

Em relação a abordagem do problema a pesquisa pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa. No que se refere a abordagem quantitativa, Almeida (2014) a caracteriza pelo uso de ferramentas estatísticas para o tratamento dos dados, buscando mensurar as relações entre as variáveis, que são previamente definidas de acordo com as hipóteses.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, buscando mensurar a correlação entre variáveis. Está voltada a representação numérica, visando medir e quantificar os resultados obtidos, transformando-os em dados estatísticos. Ela é adequada para mensurar opiniões, atitudes, preferências e comportamentos por meio dos dados levantados junto a uma amostra representativa da população alvo da pesquisa (Zanella, 2009).

Já no que se refere à abordagem qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) estabelecem que “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. Enquanto, Fonseca (2001) exprime que as pesquisas qualitativas abrangem características de uma realidade que não pode ser quantificada. Seu foco é compreender e explicar as relações sociais.

A partir do referencial trazido pode-se aferir que a abordagem qualitativa visa conhecer a qualidade e a profundidade do fenômeno estudado e seus resultados são em forma de informações ou evidências científicas. Ao passo que, a abordagem quantitativa procura quantificar e generalizar, obtendo padrões da população em estudo através de métricas dos dados coletados. Assim, quanto a abordagem do problema a presente pesquisa é classificada como quantitativa.

3.1.2 Classificação quanto à natureza da pesquisa

Conforme estabelecido por Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa quanto à natureza pode ser classificada como básica ou aplicada, a primeira busca gerar novos conhecimentos, porém sem aplicação prática prevista, ou seja, possui caráter geral. Enquanto, a segunda visa gerar conhecimentos para serem aplicados na prática sendo dirigidos a solução de problemas específicos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Matias-Pereira (2016) define que a pesquisa básica tem a finalidade de gerar novos conhecimentos, auxiliando no progresso da ciência, no entanto sem previsão de aplicação prática e é voltada a verdades e interesses universais. Em contrapartida, a pesquisa aplicada objetiva criar conhecimentos para serem aplicados na prática, ela é direcionada à solução de situações específicos, abrangendo verdades e interesses locais.

A presente pesquisa quanto a sua natureza classificada como básica, tendo em vista buscar gerar conhecimento sobre o tema pesquisado, mas não houve uma aplicação prática ou a solução do problema em específico.

3.1.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa

De acordo com Gil (2002) deve-se utilizar critérios para realizar algum tipo de classificação e no âmbito das pesquisas têm-se a classificação com base nos seus objetivos. Nessa seara, de acordo com o autor, a pesquisa é classificada em três grupos distintos, sendo eles: exploratórias, descritivas e explicativas.

A pesquisa quanto ao seu objetivo é classificada como descritiva e exploratória, pois houve a intenção de descrever as características da população pesquisada e, ao mesmo tempo, foi necessário explorar o tema para a familiarização do pesquisador com o objeto de investigação, conforme conceitos extraídos da literatura e transcrito a seguir.

3.1.3.1 Pesquisa descritiva

De acordo com Gil (2002), o objetivo principal da pesquisa descritiva é detalhar características de uma população ou fenômeno ou, determinar relações entre variáveis. Ainda segundo o autor uma das características mais significativas da pesquisa descritiva é a utilização de procedimentos para recolhimento de dados, tendo como exemplo a aplicação de questionário e a observação sistemática.

Andrade (2012, p. 112) considera que na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

3.1.3.2 Pesquisa exploratória

Em relação a pesquisa exploratória, Andrade (2012) argumenta que sua finalidade é proporcionar maiores informações em relação a um determinado assunto, auxiliar na delimitação do tema e definir objetivos ou hipóteses.

Raupp e Beuren (2006) reforçam que a pesquisa exploratória se caracteriza pela busca de maior conhecimento sobre o tema estudado, de maneira a aprofundar o conhecimento sobre o assunto tornando-o mais claro ou possibilitando construir questões importantes para a condução da pesquisa.

3.1.4 Classificação quanto aos procedimentos técnicas

Segundo Gil (2002) a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é utilizada para delinear conceitos teóricos. No entanto, do ponto de vista empírico, e para confrontar a teoria com a realidade, faz-se necessário traçar um modelo conceitual e operacional da pesquisa. Na literatura inglesa, tal modelo é nomeado como *design*, que significa desenho, designo ou delineamento. O autor estabelece o termo delineamento como o mais adequado por expressar ideia de modelo, sinopse e plano, referindo-se a ele como o planejamento da pesquisa na forma mais ampla, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados.

Ainda segundo Gil (2002) o que identifica o delineamento é o procedimento utilizado para a coleta de dados que pode ser dividido em dois grupos: o primeiro utiliza fontes de “papel”, neste grupo encontram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, enquanto no segundo os dados são obtidos diretamente com as pessoas, neste grupo situam-se as pesquisas experimentais, a pesquisa ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso e, de acordo com o autor, pode-se incluir também a pesquisa-ação e a pesquisa participante. O autor declara que na maioria dos casos as pesquisas classificam-se nesse sistema, salvo exceções em que algumas pesquisas não se enquadram tão facilmente em um dos modelos.

Assim, em relação aos procedimentos técnicos de pesquisa, foram adotadas a pesquisa bibliográfica e o levantamento, conforme conceitos trazidos a seguir.

3.1.4.1 Pesquisa bibliográfica

Conforme assevera Gil (2022) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. O autor complementa que boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 25) “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de

importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.”

3.1.4.2 Pesquisa levantamento

Por meio da pesquisa levantamento é realizada a averiguação direta do problema junto ao público pesquisado. Assim, Gil (2002, p.50) traz a seguinte definição de levantamento:

“As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.”

Ainda segundo Gil (2002) o levantamento é adequado para pesquisas descritivas, sendo útil para o estudo de opinião e atitude. Para isso, é feita uma seleção, mediante procedimentos estatísticos, de uma amostra significativa de todo o universo da população em estudo, a qual é tomada como objeto de investigação e as conclusões são obtidas com base nessa amostra, considerando a margem de erro obtida mediante cálculos estatísticos.

Segundo Almeida (2021, p. 29) levantamento “é um método em que se buscam e analisam dados sociais, econômicos e demográficos, geralmente fazendo uso de questionários”. Fonseca (2001) complementa que o levantamento é principalmente utilizado em estudos descritivos e exploratórios, podendo ser o levantamento de uma amostra ou de uma população, esta última mais conhecida como censo, e em ambos os casos a coleta dos dados é realizada por meio de questionário ou entrevistas.

3.2 Procedimentos Metodológicos

De acordo com Gil (2007, p. 26) “Pode definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Em outras palavras o procedimento metodológico é a parte prática da pesquisa, o conjunto de decisões e ações relativos à escolha das técnicas de pesquisa e método para o desenvolvimento de um trabalho científico.

Para isso, como já descrito, a presente pesquisa possui natureza básica, com caráter descritivo e exploratório quantos aos objetivos e adotada uma abordagem quantitativa em relação ao problema, onde foram utilizados como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa levantamento com a aplicação de questionário ao público-alvo para a recolha de dados. Sendo que o questionário e a recolha de dados serão aqui detalhados.

No que se refere a recolha de dados, foi utilizado questionário aplicado em estudo desenvolvido por Lisboa (2012) no Programa de Pós Graduação de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, de maneira a aferir e mensurar a relação do uso do planejamento com a situação financeira da população-alvo da pesquisa. O questionário foi disponibilizado a totalidade dos servidores públicos do Instituto Federal de Rondônia por meio de plataforma *on-line*, *Google Forms*, enviado via *e-mail* institucional com *link* de acesso. Ao final foram obtidas 232 respostas e os dados foram tabulados e analisados por meio do *software Microsoft Excel*, utilizando recursos de tabelas dinâmicas, seleções e filtros por gráficos.

Em relação ao questionário, Marconi e Lakatos (2002, p. 98) explicam que o mesmo “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. De forma convergente, Zanella (2007, p. 110) assevera questionário pode ser definido da seguinte forma:

“é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas [perfis socioeconômicos, como renda, idade, escolaridade, profissão e outros], comportamentais [padrões de consumo, de comportamento social, econômico e pessoal, dentre outros] e preferenciais [opinião e avaliação de alguma condição ou circunstância]. “

Em relação a estrutura de um inquérito por meio de questionário, classificam-se três tipos de questões: abertas, fechadas, mistas. Nas questões abertas o pesquisado possui liberdade na elaboração de sua resposta. Pelo contrário, nas questões fechadas existe uma relação predeterminada de respostas em que o pesquisado escolhe qual melhor se adequa ao seu entendimento. Enquanto, nas questões mistas faz-se a junção de abertas e fechadas, nesse tipo de questão há uma alternativa de resposta aberta em uma relação

predeterminada, como exemplo, a inclusão de uma alternativa “outros” (Gerhardt e Silveira, 2009).

Reforçando o conceito dos tipos de questões, Andrade (2012) estabelece que nas questões fechadas a opção de resposta é predeterminada entre afirmativa ou negativa, ou ainda a possibilidade de escolha entre três ou quatro opções de resposta. Enquanto, nas questões abertas existe maior liberdade na resposta, proporcionando uma maior riqueza de informações, em contrapartida possui desvantagem por tornar difícil a apuração dos fatos. Destaca ainda a possibilidade de inserção de uma questão aberta em um série perguntas fechadas.

Considerando o exposto, apesar de possuir questões preponderantemente fechadas, o questionário aplicado na presente pesquisa configura-se do tipo misto (aberto e fechado), uma vez que, há questões com liberdade de resposta, utilizando a opção “outros”, onde o pesquisado poderia se expressar livremente. Já em relação à sua composição o questionário trouxe uma breve introdução, ressaltando o tema do estudo e a relevância da participação do respondente, contando com um total de 14 questões. As 09 (nove) questões iniciais são do tipo fechadas, as quais tratam sobre a satisfação financeira, nível de educação financeira, planejamento e controle das finanças, nível de endividamento, gastos em relação à renda e tipos de dívidas. As questões de número 05 (cinco) e número 08 (oito) possuíam uma relação predeterminada de respostas fechadas e uma alternativa aberta “outros”, foi utilizada também nessas duas questões uma combinação de respostas de múltipla escolha. Em seguida, as últimas 05 (cinco) questões foram do tipo fechadas e se ativeram a obtenção de dados sociodemográficos com informações relacionadas à faixa etária, sexo, estado civil, escolaridade e faixa de renda mensal.

O questionário foi testado previamente à sua utilização definitiva, aplicando-o em uma pequena população escolhida, a fim de evidenciar possíveis falhas existentes, inconsistência ou complexidade das questões, ambiguidade ou linguagem de difícil compreensão. De acordo com Marconi e Lakatos (2002) o pré-teste ou teste preliminar consiste na aplicação prévia do instrumento de coleta de dados em uma pequena parcela da população alvo da pesquisa, tendo como finalidade garantir a validade do instrumento e evitando possíveis erros no resultado obtido.

De acordo com Almeida (2021), após a caracterização do estudo deve-se detalhar o máximo possível a população pesquisada. Define também que a amostra é parte da população que fornecerá os dados para a pesquisa, não sendo necessário recolher dados de toda a população da pesquisa.

Em relação a amostragem mínima de respostas a ser obtida, foram considerados os dados apontados no Painel de Indicadores do IFRO, disponível em 01/06/2021, onde haviam 610 docentes efetivos, 74 docentes substitutos e 565 Técnicos Administrativos em Educação, totalizando 1.249 servidores públicos. Adotando um Grau de 90% de confiança, com uma margem de erro até 5%, justificou-se uma amostra de 224 de uma população total de 1.249. E, após a aplicação do questionário, foram coletadas 232 respostas.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo é descrito a população-alvo e realizada a análise, interpretação e comparação dos dados coletados referente às finanças pessoais, como a utilização de métodos de controle, satisfação financeira, realização de planejamento e definição dos objetivos financeiros, ações relacionadas ao uso e controle do dinheiro, seus gastos, nível de endividamento e educação financeira.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 34) “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação destes, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.”

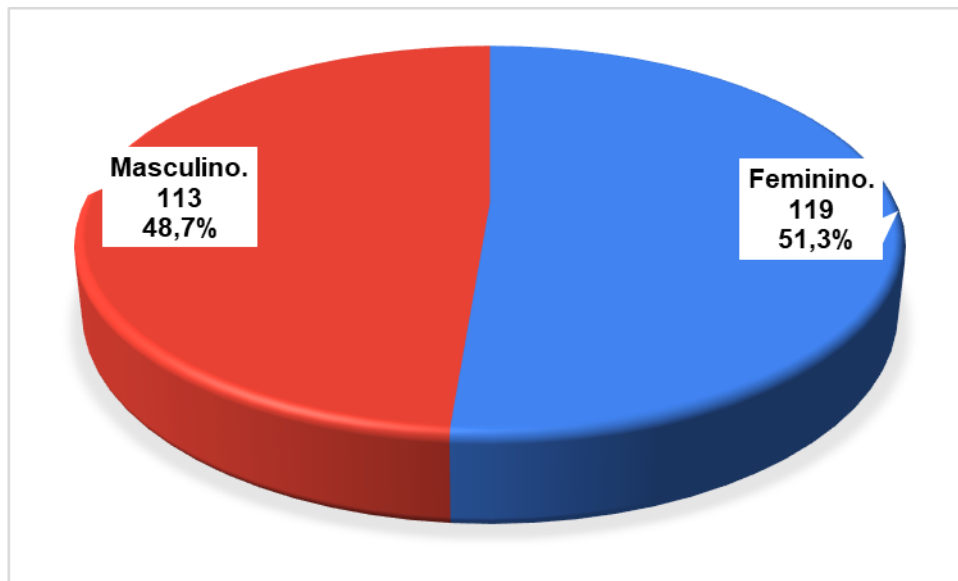
4.1 Descrição da População-Alvo da Pesquisa

Esta pesquisa teve como população-alvo os docentes efetivos e substitutos, bem como os técnicos administrativos em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, que estavam vinculados à instituição no período da coleta de dados, excluídos os trabalhadores terceirizados de empresas prestadoras de serviços e os alunos matriculados na Instituição. Nessa seção é descrito o perfil acerca da faixa etária, sexo, estado civil, escolaridade e faixa de renda mensal familiar.

O critério utilizado para seleção da amostra, servidores públicos do IFRO, justificou-se devido ao fato de os servidores públicos possuírem estabilidade profissional e financeira, plano de carreira e remuneração estabelecidos em lei. Associado a isso, os servidores públicos gozam de maior facilidade na captação de recursos junto à instituições financeiras que os oferecem empréstimos consignados com melhores taxas de juros. Por este motivo, esse público possui uma considerável capacidade de consumo de bens e serviços, sendo propício avaliar o seu planejamento financeiro, os métodos de controle e acompanhamento das finanças, o desempenho para o alcance da saúde financeira, bem como os objetivos financeiros pretendidos em um momento futuro.

Após a aplicação do questionário, foram coletadas 232 respostas. Desse total de respondentes, 119 foram do sexo feminino, que correspondem a 51,3%, e 113 do sexo masculino, que corresponde a 48,7%, conforme Gráfico 02:

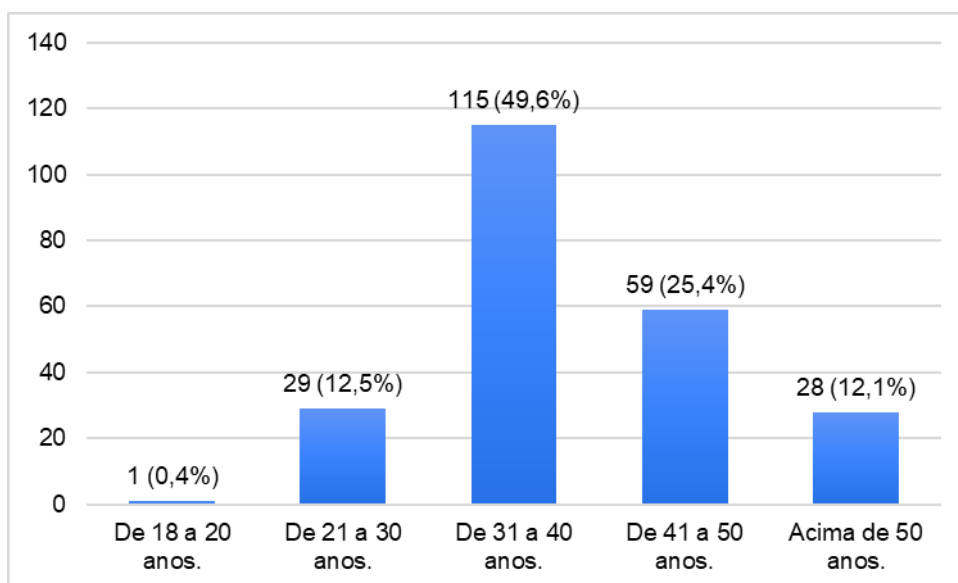
Gráfico 02 – Sexo



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

No Gráfico 03 temos a representação da faixa etária dos respondentes, onde os resultados demonstraram que apenas 01 servidor possui entre 18 a 20 anos de idade (0,4%); 29 dos respondentes possuem faixa etária entre 21 e 30 anos (12,5%); a maior parcela de respondentes (115) estão na faixa etária entre 31 e 40 anos (49,6%); na faixa etária de 41 a 50 anos foram 59 respondentes (25,4%); e, 28 respondentes estão acima dos 50 anos de idade (12,1%).

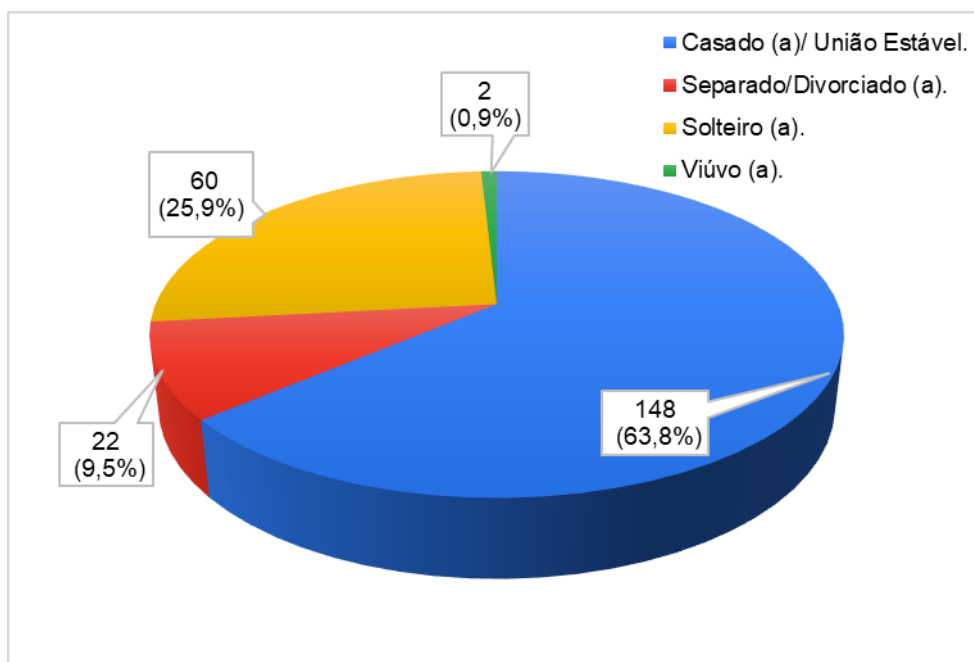
Gráfico 03 – Faixa etária



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Em relação ao estado civil (Gráfico 04), 148 que responderam o questionário declararam ser casados ou possuir união estável (63,8%); já os que declararam ser solteiros foram 60 respondentes (25,9%); enquanto 22 são separados ou divorciados (9,5%); e, 2 responderam ser viúvos (0,9%).

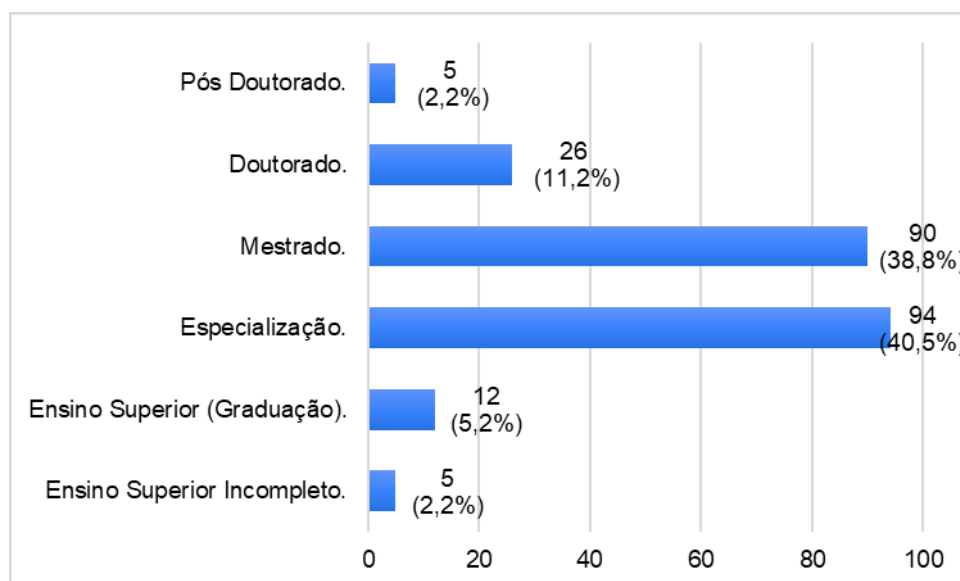
Gráfico 04 – Estado civil



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Em relação à escolaridade, representada pelo Gráfico 05, a maior parcela possui mestrado e especialização, sendo respectivamente 90 e 94 respondentes do público pesquisado; 26 possuem doutorado; 12 possuem ensino superior (graduação); 05 são pós doutores e outros 05 possuem o ensino superior incompleto.

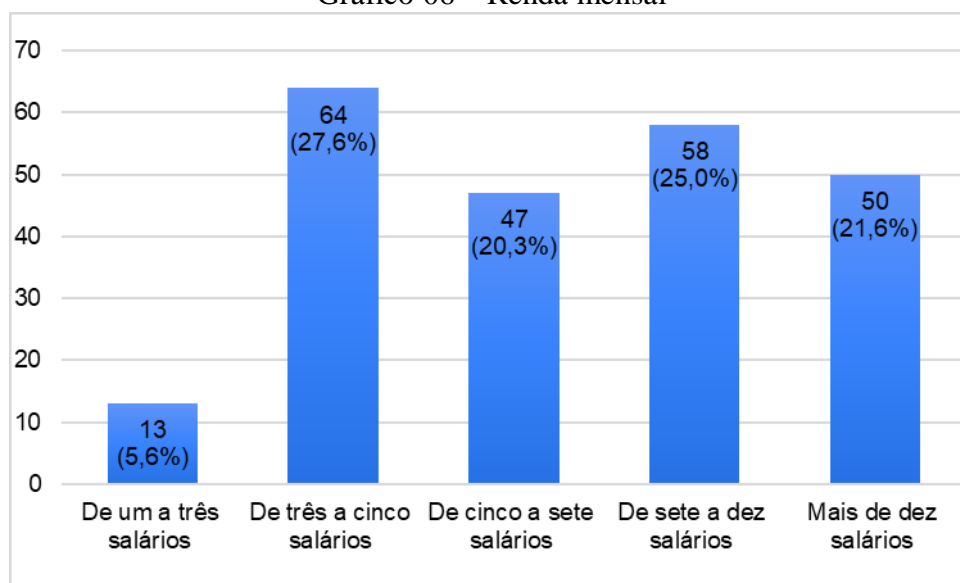
Gráfico 05 – Escolaridade



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

No que se refere à faixa de renda mensal familiar, 13 entrevistados (5,6%) possuem renda entre um e três salários mínimos (R\$ 1.212,00 a R\$ 3.636,00); 64 dos repondentes (27,6%) possuem renda entre três e cinco salários mínimos (R\$ 3.636,00 a R\$ 6.060,00); já 47 (20,3%) possuem faixa de renda entre cinco a sete salários mínimos (R\$ 6.060,00 a R\$ 8.484,00); enquanto 58 respondentes (25,0%) possuem faixa de renda entre sete a dez salários mínimos (R\$ 8.484,00 a R\$ 12.120,00); e, por fim, 50 respondentes (21,6%) possuem renda superior a dez salários mínimos (Acima de R\$ 12.120,00), conforme representação no Gráfico 06.

Gráfico 06 – Renda mensal



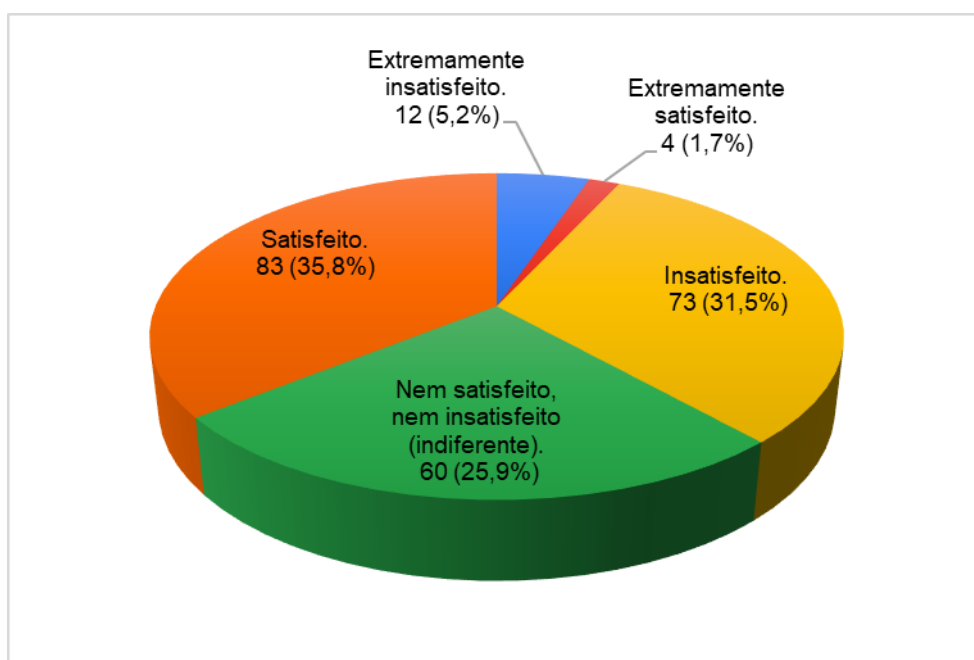
Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

4.2 Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa

Nesta seção, os dados coletados por meio do questionário da pesquisa serão apresentados e detalhados em suas respectivas categorias, conforme cada questão da pesquisa. De início, analisou-se os dados obtidos com a questão que se refere à satisfação com a atual situação financeira, onde 35,8% da população pesquisada encontra-se satisfeita; enquanto, 31,5% responderam estar insatisfeitos. Para 25,9% dos servidores há indiferença quanto ao quesito grau de satisfação; o percentual de 1,7% afirmou estarem extremamente satisfeitos e 5,2% responderam estar extremamente insatisfeitos.

De maneira geral, pode-se observar uma divisão percentual equilibrada entre os graus de satisfação e insatisfação financeira dos servidores do IFRO, sendo que a totalidade de satisfeitos e extramente satisfeitos representam o percentual de 37,5%, e o total de insatisfeitos e extremamente insatisfeitos alcançam o percentual de 36,7%, conforme demonstrado no Gráfico 07.

Gráfico 07 – Satisfação financeira



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

No quesito nível de educação financeira, 59,5% dos servidores responderam possuir conhecimento moderado, pois conhecem um pouco sobre o assunto e necessitam buscar mais informações a respeito; outros 21,6% consideram possuir conhecimento suficiente, tendo em vista procurarem ler e saber sobre economia e a área financeira; enquanto,

19% afirmaram possuir conhecimento insuficiente sobre o assunto. Os dados foram detalhados na Tabela 06.

Tabela 06 – Nível de educação financeira

Considerando seu nível de educação financeira, você considera ter:	Qtd. De respostas	Percentual (%)
Conhecimento insuficiente por isso necessita me aprofundar sobre o assunto.	44	19,0%
Conhecimento moderado, pois conheço um pouco sobre o assunto e devo buscar mais informações a respeito.	138	59,5%
Conhecimento suficiente, pois procuro ler e saber sobre economia e o que ocorre na área financeira.	50	21,6%
Total Geral	232	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Os dados obtidos sobre o questionamento da realização de planejamento das metas e objetivos financeiros foram organizados na Tabela 07 e pode-se observar que 16,8% dos servidores públicos entrevistados afirmaram não realizar planejamento. Dos demais 83,2% que responderam realizar o planejamento de suas finanças, o total de 31,1% realizam o planejamento individualmente, sendo que, deste percentual, 14,7% afirmaram fazer o planejamento individual por morar sozinho, e os outros 16,4% reponderam que realizam o planejamento individual sem considerar a renda dos demais membros da família.

Dos 52,1% restantes que realizam planejamento, 20,7% o fazem para a família e todos participam; 15,5% é feito pelos membros que contribuem com a renda; e, 15,9% é realizado por uma única pessoa, mas pensado para a família toda.

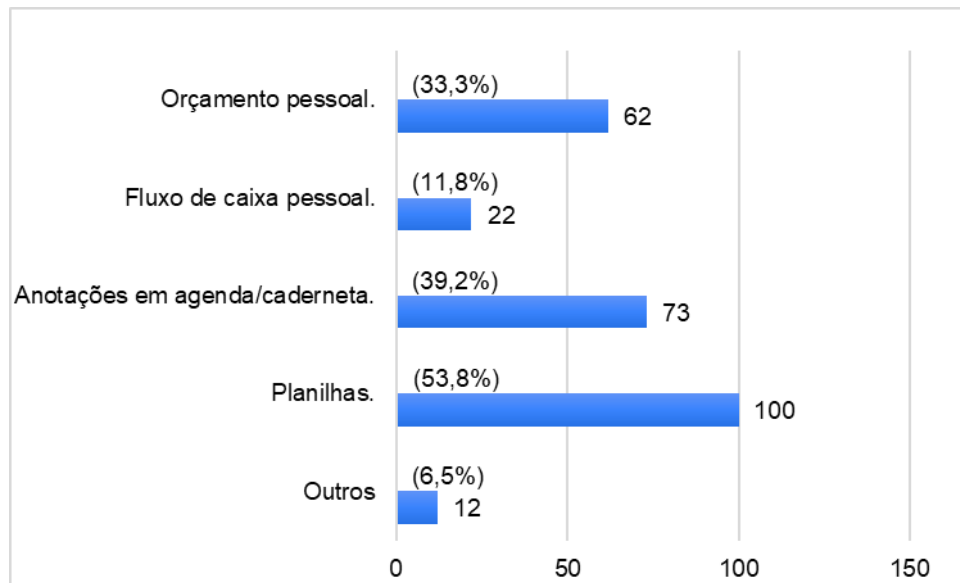
Tabela 07 – Planejamento de metas e objetivos financeiros

Considerando o planejamento das metas e objetivos financeiros:	Qtd. de respostas	Percentual (%)
Não realizo planejamento.	39	16,8%
Faço planejamento individual, porque moro sozinho.	34	14,7%
Faço planejamento individual, sem somar as rendas dos membros da família.	38	16,4%
O planejamento é feito para a família e todos participam.	48	20,7%
O planejamento é feito para a família, mas apenas por um membro.	37	15,9%
O planejamento é feito pelos membros que contribuem com renda, em conjunto.	36	15,5%
Total Geral	232	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Em relação ao controle das finanças pessoais, 80,2% dos respondentes afirmaram realizar o controle; enquanto, 19,8% disseram não realizá-lo. Dos que responderam realizar o controle de suas finanças afirmativamente, 62 pessoas (33,3%) utilizam o orçamento pessoal; 22 (11,8%) o fluxo de caixa; 73 (39,2%) realizam anotações em agenda e cadernetas; 100 (53,8%) controlam com planilhas; e 12 (6%) utilizam outros mecanismos de controle em suas finanças, em sua maior totalidade aplicativos disponibilizados por plataformas digitais e bancos (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Ferramentas de controle



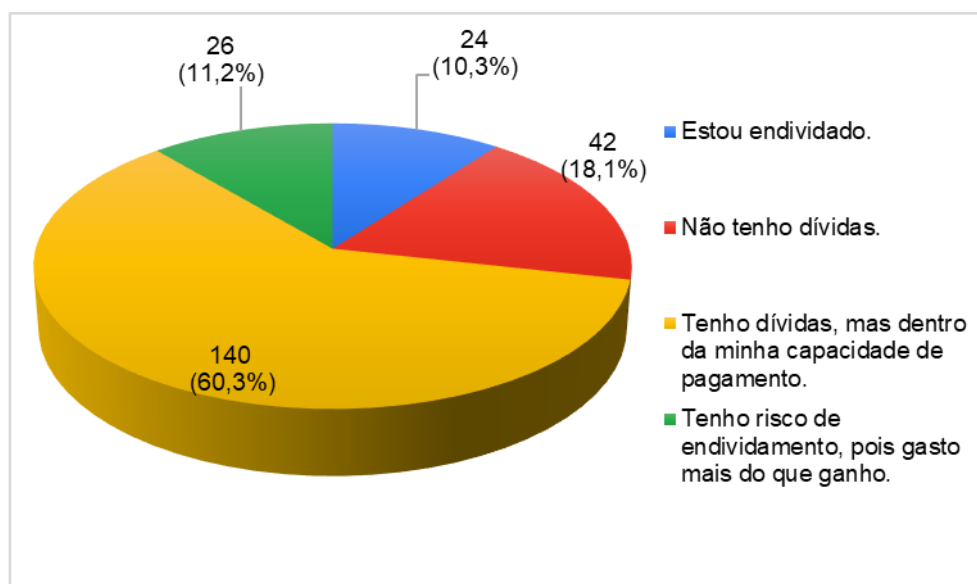
Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Por esta questão ser de múltiplas respostas, o entrevistado poderia indicar mais de uma forma de controle de suas finanças. Por tal motivo, a soma do percentual total ultrapassou os 100%. Nesse contexto, vale destacar que do total de respondentes que utilizam planilhas como método de controle, 42% as utilizam em conjunto com outros mecanismos, tais como fluxo de caixa, orçamento, anotações etc.

Do total que faz uso de anotações em agendas e/ou cardenatas, 41% a utilizam juntamente a planilhas, fluxo de caixa pessoal, orçamento pessoal. Nesse mesmo sentido, 58% que utilizam o orçamento pessoal e 95% dos que adotam o fluxo de caixa pessoal como controle financeiro, os fazem em comum com demais instrumentos de controle.

Em relação ao nível de endividamento, 60,3% do público pesquisado possui dívidas dentro de sua capacidade de pagamento; o equivalente a 18,1% afirmou não possuir dívidas; 11,2% alegou possuir risco de endividamento, pois gasta mais do que ganha; e, por fim, 10,3% dos servidores afirmam estarem endividados, como pode ser observado no Gráfico 09.

Gráfico 09 – Nível de endividamento



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Analisando as respostas dos gastos mensais em relação a renda (Tabela 08), 53% dos servidores relataram que às vezes seus gastos excedem sua renda; 37,1% afirmaram que seus gastos não excedem a renda; em 9,5% dos casos os gastos sempre ultrapassam sua renda mensal e um servidor (0,4%) não soube responder.

Tabela 08 – Gastos mensais em relação à renda

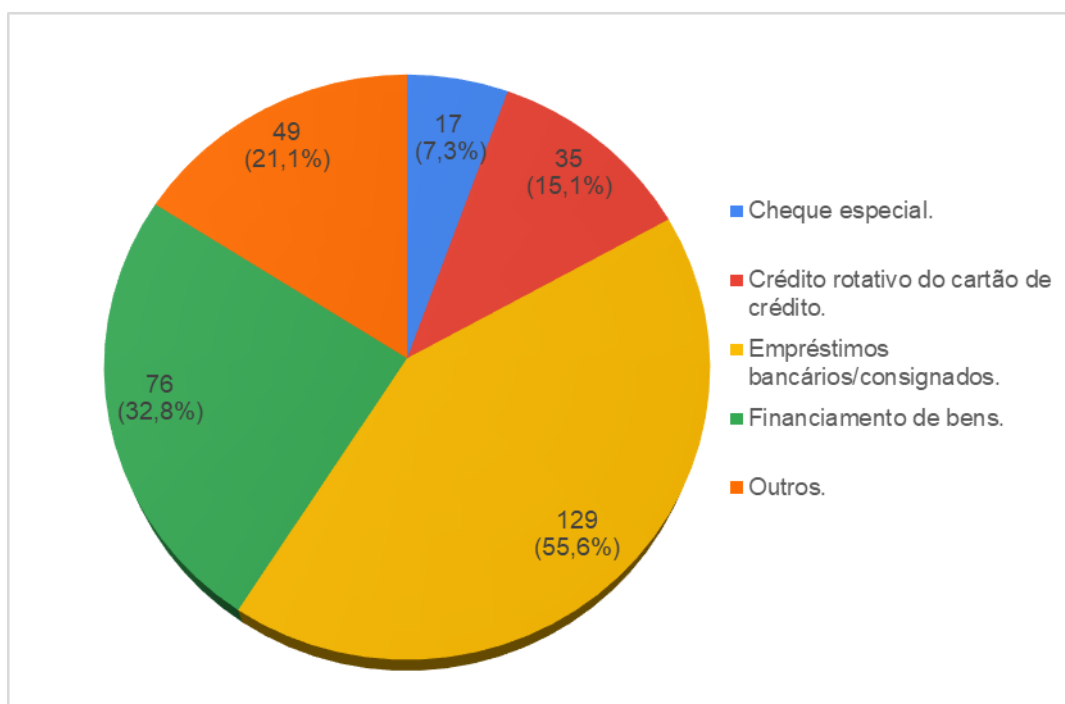
Considerando seus gastos mensais em relação à renda:	Qtd. de respostas	Percentual (%)
Excedem às vezes.	123	53,0%
Excedem sempre.	22	9,5%
Não excedem.	86	37,1%
Não sei responder.	1	0,4%
Total Geral	232	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Representado pelo Gráfico 10, no que se refere às dívidas, 55,6% responderam possuir empréstimos bancários; em seguida, com 32,8% das respostas, aparece o financiamento de bens; crédito rotativo do cartão de crédito foi a resposta de 15,1% dos pesquisados; 7,3% possuem dívidas com cheque especial. Na opção “outros” foram obtidas 49 respostas (21,1%), nesta opção houveram 11 relatos de dívidas do gênero empréstimo familiar, parcela de cartão, parcelamento em lojas, parcelas de aquisição de imóveis, etc.

Os demais 38 respondentes afirmaram não possuírem dívidas. Diante do exposto, faz-se necessário mencionar que a questão era de múltipla escolha e poderiam ser selecionadas mais de uma opção, de forma que o percentual ultrapassou os 100%.

Gráfico 10 – Tipos de dívidas



Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

No que se refere aos aspectos relacionados ao uso do dinheiro e ao controle, 6,5% dos servidores gastam mais do que ganham; 59,5% afirmam que às vezes seus gastos excedem seus ganhos e 34% nunca gastam mais que ganham. Do total de entrevistados, 36,6% informou sempre controlar todos os gastos; 53,4% às vezes consegue controlar; e 10% nunca consegue. Em relação a pesquisa de preços, 58,6% deles responderam que sempre fazem; já 37,9% às vezes a fazem, conforme Tabela 09.

Quando questionados se são atentos aos juros cobrados em compras parceladas, cheque especial e cartão de crédito, um grande percentual (72,4%) assegurou que sempre fica atento. Em relação ao uso adequado do cartão de crédito, 57,8% afirmaram realizar o uso adequado; 36,2% relatam que nem sempre fazem um bom uso e 6% nunca fazem uso correto do cartão de crédito.

Em resposta quando questionados se elaboram lista de compras do supermercado, 48,7% afirmam sempre elaborar; 36,6% responderam que às vezes elaboram e 14,7% nunca elaboram. Sobre a utilização do cheque especial, 22,4% às vezes utilizam; 72%

nunca fazem o uso e 5,6% sempre o utilizam. No quesito preocupação com a segurança financeira, poupando para eventualidades, 43,5% afirmam ter essa preocupação; 44% às vezes e 12,5% nunca se preocupam.

Do total dos respondentes, 56,9% sempre fazem dívidas que estejam dentro de sua capacidade de pagamento e devidamente planejadas; enquanto que 36,6% às vezes tem essa preocupação, sendo que os outros 6,5% nunca as fazem. Quanto ao uso de todos os recursos para sair do endividamento, 47,8% responderam sempre ter essa iniciativa; 38,8% reponderam que às vezes. Os hábitos de consumo e necessidades estão de acordo com a situação econômica de 61,2% dos servidores que responderam o questionário; 35,8% responderam que às vezes, ou seja, nem sempre seus hábitos e necessidades estão de acordo suas finanças, 3% responderam que seus hábitos de consumo não estão em sintonia com suas finanças.

No que diz respeito a estabelecer metas e objetivos para direcionar o uso do dinheiro, 48,3% afirmaram sempre adotar essas medidas; 44,8% às vezes os estabelecem. O percentual de 72,4% dos respondentes afirmou sempre ter anotado e/ou controlado o quanto ganham; já 18,5% dos mesmos asseguram que às vezes possuem essa atitude; e 9,1% nunca o fazem. Quanto ao controle da dívidas, 75,9% responderam que sempre as anotam; 17,2% afirmam que nem sempre as têm anotadas; e, 6,9% assumiram nunca fazerem tal tipo de anotação ou controle.

No que se refere aos gastos, 59,9% sempre os controlam; 31,5% somente às vezes e 8,6% não possuem qualquer tipo de controle sobre os mesmos. O percentual de servidores que sempre planejam suas finanças com objetivos de curto e de longo prazos é de 43,1%; enquanto, 45,7% reponderam que às vezes há o planejamento; e, 11,2% nunca adotam tal medida. Aqueles que sempre calculam os impactos de uma nova dívida em seu orçamento até o fim do período totalizam 64,2%; os que responderam às vezes somam 27,6%; e, 8,2% nunca o fazem.

Dentre os entrevistados, 14,6% controlam seus gastos, mas sem ambição de formar patrimônio”; 53,9% às vezes; e 31,5% nunca. Os servidores que sempre planejam e calculam primeiro e somente depois realizam a compra somaram 52,6%; de outro lado estão 40,9% que às vezes planejam e calculam pra depois comprar.

Os que sempre tem controle total sobre suas despesas e receitas são 46,6%; outros 46,6% nem sempre as controlam, restando 6,8% para o percentual de quem nunca

realiza tal controle. Dos entrevistados, 50,4% sempre sabem o que querem, quanto custa e como irão obter; 43,6% somente às vezes e 6% nunca se preocupam com estes detalhes. Já em relação ao patrimônio, 40,1% matêm atualizado o valor patrimonial em seus controles, 39,6% afirmaram que somente às vezes atualizam tal valor; e 20,3% disseram nunca adotar a medida.

Tabela 09 – Aspectos quanto ao uso do dinheiro e ao controle

Com relação aos aspectos relacionados ao uso do dinheiro e ao controle:	Sempre		Às vezes		Nunca	
	Qtd. Resp.	Perc. (%)	Qtd. Resp.	Perc. (%)	Qtd. Resp.	Perc. (%)
a) Gasto mais do que ganho.	15	6,5%	138	59,5%	79	34%
b) Consigo controlar todos os meus gastos.	85	36,6%	124	53,4%	23	10%
c) Faço pesquisas de preços.	136	58,6%	88	37,9%	8	3,5%
d) Fico atento aos juros cobrados nas prestações/cheque especial/cartão de crédito.	168	72,4%	45	19,4%	19	8,2%
e) Faço uso adequado do cartão de crédito.	134	57,8%	84	36,2%	14	6%
f) Elaboro lista de compras do supermercado.	113	48,7%	85	36,6%	34	14,7%
g) Utilizo cheque especial.	13	5,6%	52	22,4%	167	72%
h) Preocupo-me com a segurança financeira, poupando para eventualidades.	101	43,5%	102	44%	29	12,5%
i) Apenas faço dívidas que estejam devidamente planejadas e dentro da capacidade de pagamento.	132	56,9%	85	36,6%	15	6,5%
j) Se ficar endividado devo usar todos os recursos financeiros que possuo para sair do endividamento.	111	47,8%	90	38,8%	31	13,4%
k) Meus hábitos de consumo e necessidades estão de acordo com minha situação econômica.	142	61,2%	83	35,8%	7	3%
l) Estabeleço metas e objetivos para direcionar o uso do dinheiro.	112	48,3%	104	44,8%	16	6,9%
m) Tenho anotado /controlado o quanto ganho.	168	72,4%	43	18,5%	21	9,1%
n) Tenho anotado/ controlado o quanto devo (empréstimos, financiamentos, prestações).	176	75,9%	40	17,2%	16	6,9%
o) Tenho anotado/ controlado o quanto gasto.	139	59,9%	73	31,5%	20	8,6%
p) Planejo minhas finanças com objetivos de curto e de longo prazo.	100	43,1%	106	45,7%	26	11,2%
q) Antes de assumir uma dívida, sempre calculo os impactos desta até	149	64,2%	64	27,6%	19	8,2%

o final do período em meu orçamento.						
r) Controlo meus gastos, mas não tenho ambição de formar patrimônio.	34	14,6%	125	53,9%	73	31,5%
s) Em relação às minhas atitudes de compra, primeiro planejo e cálculo, depois fecho a compra.	122	52,6%	95	40,9%	15	6,5%
t) Tenho controle total sobre minhas despesas e receitas.	108	46,6%	108	46,6%	16	6,8%
u) Sei o que quero, quanto custa e como vou obter.	117	50,4%	101	43,6%	14	6%
v) Mantenho atualizado o valor de meu patrimônio em meus controles.	93	40,1%	92	39,6%	47	20,3%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

4.3 Análise e Comparativo entre Informações Coletadas

Após o detalhamento dos dados na seção anterior, será realizada a análise comparativa na atual seção. Inicialmente, serão comparados o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores do IFRO. A representação numérica foi dada em percentuais considerando os 232 respondentes distribuídos conforme cada nível de educação financeira e de endividamento.

Sobre o nível de endividamento em relação à nível de educação financeira (Tabela 10), observou-se que o maior número de endividados (5%) possui nível de conhecimento financeiro insuficiente. Assim, pode-se deduzir que o nível de endividamento está de acordo com o nível de educação financeira.

Em relação àqueles que possuem dívidas, mas dentro de sua capacidade de pagamento, ou seja, suas obrigações financeiras encontram-se condizentes com seu orçamento, 40% dos respondentes consideram ter conhecimento moderado e 13% conhecimento suficiente, nesse quesito pode-se deduzir que o nível de endividamento está de acordo com o nível de educação financeira. Nos níveis que apresentam “risco de endividamento” e “endividado”, os menores índices, 2% e 1% respectivamente, são daqueles que possuem conhecimento suficiente em relação a educação financeira.

Tabela 10 – Comparativo entre níveis de educação financeira e de endividamento

Nível de educação financeira:	Nível de endividamento:				
	Não tenho dívidas	Tem dívidas com capacidade de pagamento	Risco de endividamento	Endividado	Total Geral
Conhecimento insuficiente.	4%	7%	3%	5%	19%
Conhecimento moderado.	9%	40%	6%	4%	59%
Conhecimento suficiente.	6%	13%	2%	1%	22%
Total Geral	18%	60%	11%	10%	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Em seguida foi comparado o uso do planejamento de metas e objetivos financeiros com o nível de endividamento dos servidores públicos (Tabela 11). Observou-se que dos 11% que possuem riscos de endividamento 5% não realizam planejamento, e dos 10% que estão endividados 3% não fazem uso planejamento, sendo proporcionalmente os maiores percentuais dos níveis de risco de endividamento e endividado.

Em sentido inverso, entre os que possuem dívidas, mas dentro de sua capacidade financeira de pagamento, 6% não fazem planejamento, sendo este o menor percentual deste nível, e 2% daqueles que não realizam planejamento também não possuem dívidas, um dos menores percentuais daqueles que afirmam não terem dívidas.

De tal forma, pode-se aferir que o uso do planejamento afeta positivamente no nível de endividamento dos servidores, tendo em vista que 70% dos que não possuem dívidas ou as possuem dentro de sua capacidade financeira utilizam do planejamento, seja individual ou familiar, além de manterem baixos percentuais entre os endividados e os que possuem riscos de endividamento.

Tabela 11 – Comparativo entre planejamento e o nível de endividamento

Planejamento de metas e objetivos financeiros:	Nível de endividamento:				
	Não tem dívidas	Tem dívidas com capacidade de pagamento	Risco de endividamento	Endividado	Total Geral
Não realizo planejamento.	2%	6%	5%	3%	16%
Faz planejamento individual, porque moro sozinho.	4%	9%	1%	1%	15%
Faz planejamento individual, sem somar as rendas dos membros da família.	5%	10%	0%	1%	16%
O planejamento é feito para a família e todos participam.	4%	13%	1%	2%	20%
O planejamento é feito para a família, mas apenas por um membro.	2%	11%	2%	1%	16%
O planejamento é feito pelos membros que contribuem com renda, em conjunto.	1%	11%	1%	2%	15%
Total Geral	18%	60%	11%	10%	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Na Tabela 12 foi feito o comparativo entre o uso do planejamento com as ferramentas de controle financeiro, conforme Tabela 12. Os 17% dos servidores que não realizam planejamento se dividem em: 13% que não usam e 4% usam alguma ferramenta de controle.

Entre aqueles que fazem o uso do planejamento, as ferramentas de controle mais utilizadas são as planilhas com 42% e anotações em agenda/cardeneta 30% e apenas 7% deles afirmaram não utilizar ferramentas de controle. Assim, percebe-se que entre

aqueles que realizam o planejamento, com exceção dos 7% que não utilizam métodos de controle, o restante utiliza ferramentas para controlar suas finanças e que também auxiliam no processo de acompanhamento dos objetivos do planejamento financeiro.

Tabela 12 – Comparativo entre planejamento e ferramentas de controle

Planejamento de metas e objetivos financeiros:	Ferramentas de controle						
	Anotações	Fluxo de caixa	Orçamento	Planilhas	Outros	Não controla	Total Geral
Não realiza planejamento.	1%	0%	2%	1%	0%	13%	17%
Faz planejamento individual, porque moro sozinho.	6%	1%	6%	8%	0%	1%	22%
Faz planejamento individual, sem somar as rendas dos membros da família.	6%	0%	4%	7%	2%	1%	20%
O planejamento é feito para a família e todos participam.	6%	2%	7%	9%	1%	1%	27%
O planejamento é feito para a família, mas apenas por um membro.	5%	3%	4%	9%	2%	3%	25%
O planejamento é feito pelos membros que contribuem com renda, em conjunto.	8%	3%	3%	9%	0%	1%	24%
Total Geral	31%	9%	27%	43%	5%	20%	136%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

A seguir, na Tabela 13 foram comparadas as ferramentas de controle e os gastos mensais em relação a renda. Observou-se que o maior percentual (6%) de repostas, em que os gastos sempre excedem a renda mensal, foram dos que não utilizam mecanismos

controle financeiro, e 10% desse mesmo grupo disseram que as vezes os gastos excedem a renda.

Enquanto aqueles que afirmaram utilizar ferramentas de controle, seus gastos não excedem sua renda em 48% dos respondentes, em 60% das respostas os gastos excedem a renda somente às vezes. Há de se destacar que entre aqueles que usam de ferramentas para o controle de suas finanças, utilizam em maior proporção as planilhas.

Vale destacar que devido a questão que trata das ferramentas de controle ter sido de múltipla escolha cada respondente poderia escolher mais de uma alternativa, assim o percentual total ultrapassou 100%.

Tabela 13 – Comparativo entre ferramentas de controle e gastos em relação à renda

Ferramentas de controle	Gastos mensais em relação à renda				
	Não excedem	Excedem às vezes	Excedem sempre	Não sei responder	Total Geral
Não faz controle.	4%	10%	6%	0%	20%
Anotações em agenda/caderneta.	10%	20%	1%	0%	31%
Fluxo de caixa pessoal.	4%	4%	1%	0%	9%
Orçamento pessoal.	13%	12%	1%	0%	27%
Planilhas.	16%	23%	3%	0%	43%
Outros.	4%	0%	1%	0%	5%
Total geral	52%	70%	13%	0%	136%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Ao analisar o nível de endividamento e os tipos de dívidas verificou-se que dos 18% dos servidores que responderam não ter dívidas também responderam ter dívidas com cheque especial (1%), financiamento de bens (2%) e outros tipos de dívidas (1%), ou seja, do percentual total apenas 14% dos respondentes afirmaram não ter nenhum tipo de dívida, como pode-se observar na Tabela 14.

Já entre aqueles que possuem dívidas, mas dentro de sua capacidade de pagamento foram indicados dois principais tipos de dívidas, sendo eles empréstimos bancários/consignados com 36% de respostas, e financiamento de bens com 25%.

Importante destacar que esse grupo é o que possui o maior percentual de respostas com 77% do total. Nele também foi identificada uma inconsistência pois 2% que haviam respondido que possuíam dívidas dentro de sua capacidade de pagamento, posteriormente responderam não ter dívidas.

Para os servidores que se encontram em de risco de endividamento a dívida com maior quantidade de respostas é o empréstimos bancários/consignados com 10%, quanto aos que estão endividados o empréstimo bancário/consignado também representa 10% do total de respostas. Nesse caso o risco pode estar atrelado ao valor da dívida e aos juros incidentes sobre ela podendo comprometer demasiadamente o orçamento do servidor.

Tabela 14 – Comparativo entre nível de endividamento e tipos de dívidas

Nível de endividamento	Tipos de Dívidas						
	Cheque especial	Crédito rotativo do cartão de crédito	Empréstimos bancários / consignados	Financiamento de bens	Outros	Nenhuma	Total Geral
Não tenho dívidas.	1%	0%	0%	2%	1%	14%	18%
Estou endividado.	1%	4%	10%	3%	0%	0%	19%
Tenho dívidas, mas dentro da minha capacidade de pagamento.	2%	7%	36%	25%	5%	2%	77%
Tenho risco de endividamento, pois gasto mais do que ganho.	3%	3%	10%	3%	0%	0%	19%
Total Geral	7%	15%	56%	33%	6%	16%	133%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

Na Tabela 15 temos a comparação do planejamento das metas e objetivos com a nível de satisfação financeira observou-se que dos 17% dos servidores que não realizam planejamento, 3% afirmaram estarem satisfeitos com sua situação financeira, 4% julgaram ser indiferentes e 10% se disseram insatisfeitos.

Do total de 83% dos pesquisados que realizam planejamento, 2% consideram-se extremamente satisfeitos, 33% estão satisfeitos, 22% manifestaram-se nem satisfeitos nem insatisfeitos, 21% insatisfeitos, enquanto 5% estão extremamente insatisfeitos. De maneira geral pode-se identificar que 35% dos servidores que realizam planejamento estão satisfeitos com sua situação financeira, enquanto 26% se encontram insatisfeitos de alguma forma com suas finanças, o que representa uma diferença considerável no nível de satisfação quando realizada a comparação daqueles que realizam o planejamento.

Tabela 15 – Comparativo entre planejamento e nível de satisfação financeira

Planejamento de metas e objetivos financeiros:	Nível de satisfação com a situação financeira					
	Extremamente satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Extremamente insatisfeito	Total Geral
Não realiza planejamento.	0%	3%	4%	10%	0%	17%
Faz planejamento individual, porque moro sozinho.	0%	5%	5%	3%	1%	15%
Faz planejamento individual, sem somar as rendas dos membros da família.	0%	6%	5%	5%	1%	16%
O planejamento é feito para a família e todos participam.	1%	10%	5%	4%	1%	21%

O planejamento é feito para a família, mas apenas por um membro.	0%	6%	3%	5%	1%	16%
O planejamento é feito pelos membros que contribuem com renda, em conjunto.	0%	6%	4%	4%	1%	16%
Total Geral	2%	36%	26%	31%	5%	100%

Fonte: Dados do questionário – Elaborado pelo Autor (2022)

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Devido a maior facilidade de acesso ao crédito nas últimas décadas e à falta de gestão e controle das finanças, sendo esta última uma cultura enraizada na sociedade brasileira em virtude de longos períodos inflacionários que induziam a população ao consumo imediatista e impossibilitava uma visão financeira de longo prazo, houve um considerável endividamento dos brasileiros nos últimos anos.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral identificar a relação do uso do planejamento com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, e outros quatro objetivos específicos: I - verificar o comportamento financeiro da população pesquisada; II - identificar as ferramentas de controle utilizadas; III - analisar de que modo o planejamento financeiro pode auxiliar no controle das finanças pessoais; IV - verificar se quem utiliza o planejamento tem menor perfil de endividamento. Tais objetivos tiveram como finalidade trazer resposta da questão: Qual a relação do uso de planejamento com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO?

Inicialmente pôde-se demonstrar o atendimento do objetivo específico de verificar o comportamento financeiro da população pesquisada, através do desenvolvimento de uma pesquisa descritiva/exploratória e a realização de coleta de dados, por meio de aplicação de questionário, que visou levantar informações relativas ao comportamento do público pesquisado em relação ao dinheiro, pormenorizando seus gastos, dívidas, planejamento de metas e objetivos financeiros, bem como uso de métodos de controle financeiro.

O objetivo de identificar as ferramentas de controle utilizadas pelos servidores públicos em relação a sua finanças também foi atendido, evidenciando, por meio do questionário aplicado, que 80,2% dos participantes realizam o controle financeiro, deste percentual, as principais ferramentas de controle utilizadas são as planilhas, seguida de anotações e do orçamento pessoal.

Em seguida pode-se alcançar o objetivo de analisar de que modo o planejamento financeiro pode auxiliar no controle das finanças pessoais. Para esse objetivo foram comparadas informações relativas a utilização do planejamento de metas e objetivos financeiros com o nível de endividamento, onde foi identificado que aqueles que fazem o uso do planejamento também detêm maior estabilidade em relação a situação financeira.

No comparativo complementar entre o planejamento e mecanismos de controle, foi identificado que 72% daqueles que realizam planejamento de metas e objetivos, também são adeptos da utilização de ferramentas de controle, as quais proporcionam maior domínio sobre a situação de suas finanças.

Por fim, também foi utilizado o comparativo do planejamento com o nível de endividamento para se chegar ao resultado do objetivo que pretendia verificar se quem utiliza o planejamento tem menor perfil de endividamento, de forma que foi constatado que dos 11% que possuem riscos de endividamento 5% não realizam planejamento, e dos 10% que estão endividados 3% não fazem uso planejamento, sendo percentuais proporcionalmente elevados dentro dos níveis de risco de endividamento e endividado. Em contrapartida, foi identificado que 70% dos que não possuem dívidas ou as possuem dentro de sua capacidade orçamentária de pagamento fazem o uso do planejamento, seja individual ou familiar. De tal modo, pode-se aferir que o planejamento de metas e objetivos contribui positivamente em relação ao controle dívidas.

Dessa forma, apurou-se que aqueles que realizam planejamento financeiro, expressivamente também utilizam ferramentas para o controle de suas finanças, resultando em menores níveis de endividamento em comparação aos demais. Dado os resultados obtidos pôde-se relacionar positivamente o planejamento com situação financeira servidores públicos do IFRO, finalizando assim este estudo e possibilitando cumprir com o objetivo geral e responder o problema de pesquisa.

Nesse sentido, observou através desta pesquisa que o nível de educação financeira e o nível de endividamento são inversamente proporcionais, ou seja, quanto maior conhecimento em finanças, menor o risco de endividar-se. Isso posto, verifica-se que, além de auxiliar na redução do risco do endividamento, a educação financeira possibilita o indivíduo ter equilíbrio de suas finanças pessoais, diminuir a possibilidade de cair em fraudes, preparar-se para o enfrentamento de imprevistos financeiros, além de preparar o caminho para a realização de sonhos (BCB, 2013).

Baseado nas informações contidas nas respostas dos questionários, fica evidente que maior parte dos servidores adota o planejamento. Porém mesmo os que realizam planejamento encontram-se insatisfeitos com suas finanças o que leva a deduzir que a insatisfação não está relacionada a falta de planejamento financeiro, mas outros fatores que não foram abordados nesse estudo. Sabe-se que o uso de planejamento financeiro e

ferramentas de controle faz com que se tenha um instrumento de gerenciamento capaz e funcional para as finanças pessoais, visando abordar os objetivos de curto, médio e longo prazo, além de proporcionar o alcance das metas de consumo estipuladas de acordo com o orçamento, sem onerar o caixa para obter segurança financeira. Tais afirmações corroboram com Hoji (2017) o qual assevera que o planejamento visa estabelecer as ações de forma antecipada, as quais são realizadas com os cenários e condições previamente estabelecidas, possibilitando com isso o alcance dos objetivos propostos. De forma simplificada, planejar é pensar de forma antecipada o que se pretende alcançar, determinando os meios e recursos necessários para concretizar o desejado (Lacombe,2017).

Ainda sobre o resultado da pesquisa, foi possível constatar que uma parte significativa daqueles que adotam mecanismos de controle conseguem manter seus gastos de acordo com sua renda, o que reflete a importância do uso de tais ferramentas e comprovam sua relevância no âmbito das finanças pessoais. De acordo com o presente estudo, o orçamento é um dos tipos de controles mais utilizados pelos entrevistados. A respeito desta ferramenta, Rocha (2016) assegura que trata-se de um instrumento que além de ajudar a priorizar objetivos de consumo, melhora a qualidade de vida e proporciona a realização de sonhos que dependem de dinheiro.

Neste sentido, sugere-se àqueles que utilizam ferramentas de controle e mesmo assim seus gastos mensais ultrapassam a renda, devem revelar como lidam com seus métodos de controle financeiro. Aos que não utilizam mecanismos de controle é salutar avaliar sua adoção, de maneira a auxiliar no controle de seus gastos, haja vista ser este o grupo com maior percentual dos respondentes que excedem a renda com gastos.

No tocante à presente pesquisa, tem-se como principais limitações a relativa escassez literária e científica a respeito do tema finanças pessoais, haja visto que, apesar da crescente discussão e estudos sobre o tema, parte considerável da literatura e trabalhos acadêmicos ainda são voltados as finanças empresariais. Outro ponto a destacar é que a pesquisa foi totalmente voltada aos servidores públicos do IFRO, que representam parcela específica da sociedade brasileira e que também possuem condições financeira, profissional e de formação acadêmica diferenciada da maior parte da população o que pode influenciar nos aspectos relacionados a forma que lidam com as finanças pessoais.

Ao concluir o presente estudo, recomenda-se para a população-alvo e trabalhos futuros:

- Àqueles que encontram-se em situação financeira desfavorável, recomenda-se buscar conhecimentos relativos à educação financeira e gestão de finanças pessoais, bem como colocá-los em prática. Para os demais que realizam o planejamento e utilizam mecanismos de controle financeiro recomenda-se a revisão constante de suas metas e daquilo que foi planejado, além do aperfeiçoamento ou adequação do meios de controle, sempre ajustando-os à possíveis mudanças da realidade financeira de cada indivíduo;
- Recomenda-se ao IFRO que incentive seus servidores a educarem-se financeiramente, ofertando ações institucionais contínuas nesse segmento, visando proporcionar melhorias na qualidade de vida dos envolvidos.
- Para estudos futuros recomenda-se que sejam verificados novos parâmetros, como por exemplo: a análise de dados financeiros dos servidores após ações institucionais de educação financeira, no intuito de mensurar as vantagens de tal investimento em relação melhoria na qualidade de vida do servidor e o estudo de outros indicadores relacionados às finanças pessoais não investigados na presente pesquisa, ou ainda a ampliação do público alvo a demais IFs da Rede Federal ou a outros seguimentos profissionais ou da sociedade.

Como se pode verificar na presente pesquisa, a educação financeira baseia-se em conceitos e práticas que buscam uma melhor qualidade de vida relacionada às finanças pessoais, o que influencia a economia de um país dado o grau de endividamento de seus indivíduos. Logo, é importante compreender que Educação Financeira é a capacidade de conhecer, acompanhar e utilizar corretamente os recursos financeiros para melhorar a qualidade de vida e segurança econômica pessoal e familiar. Com base nisso e no atual cenário de estabilidade econômica e monetária, é imprescindível que os indivíduos, em seus contextos particulares, invistam em educação financeira, implementando ferramentas de gestão como o planejamento financeiro e instrumentos de controle das finanças pessoais, bem como as instituições públicas e privadas propiciem-na aos seus colaboradores, contribuindo assim para uma sociedade com mais liberdade financeira e, conseqüentemente, com mais qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Brasil. (2018). *Pesquisa revela que 58% dos brasileiros não se dedicam às próprias finanças*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-revela-que-58-dos-brasileiros-nao-se-dedicam-proprias-financas>.
- Almeida, M.D.S. (2014). *Elaboração de projeto, TCC, Dissertação, Tese: Uma abordagem Simples, Prática e Objetiva* (2º ed.). Editora Atlas S/A. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597025927>.
- Andrade, M.M.D. (2012). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de obra na graduação*. (10ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522478392>.
- Banco Central do Brasil. (2009). *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro*. <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>.
- Banco Central do Brasil. (2013). *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Departamento de Educação Financeira. https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_como_orcamento.
- Banco Central do Brasil. (2021, Setembro 01). *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro* [Site Governamental]. Retirado de <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>.
- Campos, A.D., & Barsano, P.R. (2020). *Administração: guia prático* (3ª ed.). Editora Saraiva. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536533728>.
- Cavalcante, L.F.D.O. (2015). *Administração Patrimonial*. Cengage Learning Brasil. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522123506>.
- Cerbasi, G. (2016). *Dinheiro: os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua vida independência financeira*. (5ª ed.). Editora Sextante.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2018). *Programa bem-estar financeiro. Módulo 03: Controle Financeiro*. CVM Educaional. https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_03-bef-controle_financeiro.pdf.

- Cornett, M.M., Junior, T.A.A., & Nofsinger, J. (2013). *Finanças. O impacto do risco sobre o que você faz.* AMGH Editora Ltda. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580552157>.
- Estratégia Nacional de Educação Financeira. (2018). *2º Mapeamento Nacional da Iniciativas de Educação Financeira.* <https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>.
- Frankenberg, L. (1999). *Seu futuro financeiro: você é o maior responsável.* (13º ed.). Gulf Professional Publishing. Editora Campus.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa.* Plageder. Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa.* Editora Atlas S/A.
- Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ª ed). Editora Atlas S/A.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed). Editora Atlas S/A.
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed). Editora Atlas S/A.
- Higgins, R. C. (2014). *Análise para Administração Financeira* (10ª ed). AMGH Editora LTDA.
- Hoji, M. (2017). *Administração Financeira e Orçamentária* (12ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010534>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. (2021) *Painel de Indicadores.* Retirado de <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/dgpgeral>.
- Junior, J.R.S. (2005). *Administração - Conceitos Fundamentais.* LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2365-6>.
- Júnior, J.S.M (2013). *A árvore do dinheiro: guia para cultivar sua independência financeira.* Editora Insular.
- Junior, S.A.A.P., Silva, F.P.D., & Barbosa, F.R.D.S. et al. (2020). *Fundamentos de Finanças.* Editora Adriana Lehmann Haubert. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556900506>.

- Lacombe, F. (2017). *Administração*. (3ª ed.). Editora Saraiva.
- Lakatos, E. M. (2021). *Fundamentos de Metodologia Científica* (9ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026580>.
- Lisboa, E. S. F. (2012). *Planejamento e controle das finanças pessoais: um estudo com servidores públicos*. <http://hdl.handle.net/1884/44678>.
- Marconi, M.D.A.M., Lakatos, E.M. (2002) *Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (5ª ed.). Editora Atlas S/A.
- Matias-Pereira, J. (2016). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica* (4ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597008821>.
- Maximiano, A.C.A (2014). *Fundamentos da Administração - Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração* (3ª ed.). LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2751-7>.
- Maximiano, A.C.A. (2011). *Introdução à Administração* (2ª ed.) . Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522475889>.
- Mello, W. (2009). *Educação financeira*. Clube de Autores.
- Ministério da Saúde. (2013). *Qualidade de vida em cinco passos*. <https://bvsmis.saude.gov.br/qualidade-de-vida-em-cinco-passos>.
- Neto, A.A (2019). *Curso de Administração Financeira* (4ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022452>.
- Neto, A.A., & Lima, F.G. (2016). *Fundamentos de Administração Financeira*, (3ª ed.) . Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010145>.
- Neto, AA (2020). *Estruturas e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-financeiro* (12ª edição). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597024852>.

- Neto, J.P.D.B. (2018). *Administração - Fundamentos da Administração - Empreendedora e Competitiva*. Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016284>.
- Oliveira, D.D.P.R.D. (2019). *Administração - Evolução do pensamento administrativo, instrumentos e aplicações práticas*. Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020816>.
- Olivieri, M. F.D. (2013). *Educação Financeira*. Revista Eniac Pesquisa, 2(1), 43-51. <https://doi.org/10.22567/rep.v2i1.108>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). *Organisation for Economic and Co-Operation Development. Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies*. Paris. Éditions OCDE. <https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2017). *Relatório INFE do G20/OCDE sobre alfabetização financeira de adultos nos países do G20*. <https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/g20-oecd-infe-report-adult-financial-literacy-in-g20-countries.htm>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2018). *Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018*. Paris. Éditions OCDE. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264290716-pt>.
- Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro. (2022). *O que é o Planejamento Financeiro?*. <https://planejar.org.br/>.
- Rampazzo, L. (2005). *Metodologia científica*. (3ª ed.). Edições Loyola.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. (3ª Ed., pp.76-97). Editora Atlas S/A.
- Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma*

- definida nesta Resolução*. Diário Oficial da União: publicado em 24/05/2016, edição: 98, Seção: 1, Página: 44. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-510-de-7-de-abril-de-2016-22917558>.
- Ribeiro, R. F., & Lara, R. (2016). *O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório*. Serviço Social & Sociedade. pp. 340-359. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>.
- Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*. (4ª ed.). Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597013948>.
- Rocha, R.H. (2016). *Invista seu dinheiro*. Editora Saint Paul. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580041262>.
- Ross, S.A., Westerfield, R.W., & Jordan, B.D. et al. (2013). *Fundamentos de Administração Financeira* (9ª ed.). AMGH Editora LTDA. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580552256>.
- Santos, J.O.D. (2014). *Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático*. Editora Atlas S/A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522485741>.
- SERASA. (2021). *Pesquisa Endividamento 2021*. https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/?gclid=CjwKCAjwmJeYBhAwEiwAXlg0AUCUYIs0BuNO8sk8s69oDXzG3tUrgx9v4VuF2LX0khjaRxFK5bZWYhoCBJ0QAvD_BwE.
- SERASA. (2022). *Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil - Maio//2022*. <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil>.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4ª ed.). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- Silva, E.C.D., (2009). *Introdução à Administração Financeira - Uma Nova Visão Econômica e Financeira para a Gestão de Negócios das Pequenas e Médias Empresas*. LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2779-1>.

- Sousa, A.F.D, & Torralvo, C.F. (2008). *Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade*. Editora Saraiva.
- Sousa, A.F.D. (2018). *Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio* (2ª ed.). Editora Manole.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520455135>.
- Survey Monkey. (2021) Calculadora de tamanho de amostra.
<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>.
- Vieira, E.G.F. (2012). *Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e conseqüências na vida pessoal e profissional* (Doctoral dissertation, Universidade FUMEC). Repositório Institucional da Universidade FUMC. <https://repositorio.fumec.br/xmlui/handle/123456789/335>
- Zanella, L.C. (2011). *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Apêndice I – Questionário

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa cujo tema é denominado: Planejamento e controle das finanças pessoais: um estudo com servidores públicos do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Rondônia – IFRO.

O objetivo consiste em identificar a relação do uso do planejamento pessoal com a situação financeira dos servidores públicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Ao responder o questionário poderá haver reflexão sobre a situação financeira, vindo a causar desconforto, constrangimento e estresse emocional. Nesse sentido, caso sinta-se apreensivo quanto ao tema abordado é direito seu desistir da pesquisa a qualquer momento, ou responde-las posteriormente caso sinta-se mais confortável em prosseguir.

Caso não disponha de tempo necessário para responder todas as questões, ou haja instabilidade de conexão com a internet que prejudique o prosseguimento nas respostas, informo que o questionário ficará disponível pelo prazo de 15 (quinze) dias e durante esse período suas respostas ficarão salvas podendo revê-las e revisa-las em momento que sentir-se mais confortável, ou que disponha de tempo para prosseguir com o questionário, acessar a pesquisa do ponto que parou.

O pesquisador ficará à disposição por meio do e-mail jaimes.filho@ifro.edu.br e do telefone (69) 9 9242-7395 para sanar dúvidas e dar suporte ao voluntário no que tangem a pesquisa. Ressalto que a pesquisa possui abordagem quantitativa, não havendo oportunidade de identificação mesmo quando da divulgação da pesquisa, além da segurança do uso apenas para fins da pesquisa científica, sendo assegurada a garantia de confidencialidade das informações, de sua privacidade, e da proteção de sua identidade.

Todos os dados coletados serão armazenados em dispositivo local, que permanecerá sob a guarda e proteção do pesquisador pelo período de 5 (cinco) anos, após esse período todo o conteúdo será definitivamente excluídos (formatado).

O voluntário participante poderá solicitar ao pesquisador a exclusão de suas respostas, mesmo após o envio, informando o e-mail utilizado para responder o questionário.

Destaco que o e-mail possui como única finalidade identificar o questionário do voluntário que solicitar a sua exclusão da pesquisa.

É imperioso que ao responder o presente questionário responda com sinceridade, haja vista que não há respostas certas ou erradas.

Agradecemos sua contribuição com nossa pesquisa!

1. Considerando a satisfação com sua situação financeira atual:
 - a) Extremamente satisfeito
 - b) Satisfeito
 - c) Nem satisfeito, nem insatisfeito (indiferente)
 - d) Insatisfeito
 - e) Extremamente insatisfeito

2. Considerando seu nível de educação financeira, você considera ter:
 - a) Conhecimento insuficiente, por isso necessito me aprofundar sobre o assunto
 - b) Conhecimento moderado, pois conheço um pouco sobre o assunto e devo buscar mais informações a respeito
 - c) Conhecimento suficiente, pois procuro ler e saber sobre economia e o que ocorre na área financeira

3. Considerando o planejamento das metas e objetivos financeiros:
 - a) Não realizo planejamento
 - b) Faço planejamento individual, porque moro sozinho
 - c) Faço planejamento individual, sem somar as rendas dos membros da família.
 - d) O planejamento é feito para a família, mas apenas por um membro

- e) O planejamento é feito para a família e todos participam
- f) O planejamento é feito pelos membros que contribuem com renda, em conjunto.

4. Você faz o controle das suas finanças?

- a) Sim
- b) Não

Caso a resposta seja sim, responda a questão nº 5.

5. Qual ferramenta de controle você utiliza? (Questão de múltipla resposta)

- a) Orçamento pessoal
- b) Fluxo de caixa pessoal
- c) Anotações em agenda/caderneta
- d) Planilhas
- e) Outro (s). Qual (is)?

6. Considerando seu nível de endividamento:

- a) Não tenho dívidas
- b) Tenho dívidas, mas dentro da minha capacidade de pagamento
- c) Tenho risco de endividamento, pois gasto mais do que ganho
- d) Estou endividado

7. Considerando seus gastos mensais em relação à renda:

- a) Não excedem
- b) Excedem às vezes

- c) Excedem sempre
- d) Não sei responder

8. Em relação às dívidas, você tem alguma do tipo: (Questão de múltiplas respostas)

- a) Empréstimos bancários/consignados
- b) Financiamento de bens
- c) Cheque especial
- d) Crédito rotativo do cartão de crédito
- e) Outro. Qual (is)

9. Responda, com relação aos aspectos relacionados ao uso do dinheiro e ao controle:

	Sempre	Às Vezes	Nunca
a) Gasto mais do que ganho			
b) Consigo controlar todos os meus gastos			
c) Faço pesquisas de preços			
d) Fico atento aos juros cobrados nas prestações/cheque especial/cartão de crédito			
e) Faço uso adequado do cartão de crédito			
f) Elaboro lista de compras do supermercado			
g) Utilizo cheque especial			
h) Preocupo-me com a segurança financeira, poupando para eventualidades.			
i) Apenas faço dívidas que estejam			

devidamente planejadas e dentro da capacidade de pagamento			
j) Se ficar endividado, devo usar todos os recursos para sair dessa situação.			
k) Meus hábitos de consumo e necessidades estão de acordo com minha situação econômica.			
l) Estabeleço metas e objetivos para direcionar o uso do dinheiro.			
m) Tenho anotado /controlado o quanto ganho.			
n) Tenho anotado/ controlado o quanto devo (empréstimos, financiamentos, prestações).			
o) Tenho anotado/ controlado o quanto gasto.			
p) Planejo minhas finanças com objetivos de curto e de longo prazo.			

10. Qual sua faixa etária?

- a) De 18 a 20 anos
- b) De 21 a 30 anos
- c) De 31 a 40 anos
- d) De 41 a 50 anos
- e) Acima de 50 anos

11. Sexo

- a) Masculino

b) Feminino

12. Estado Civil

a) Solteiro (a)

b) Casado (a)/ União Estável

c) Viúvo (a)

d) Separado/Divorciado (a)

13. Escolaridade

a) Ensino Fundamental (1º grau)

b) Ensino Médio (2º Grau)

c) Ensino Médio Técnico

d) Ensino Superior Incompleto

e) Ensino Superior (Graduação)

f) Especialização

g) Mestrado

h) Doutorado

i) Pós Doutorado

14. Faixa de renda mensal familiar

a) Até um salário mínimo (R\$ 1.100,00)

b) De um a três salários mínimos (R\$ 1.100,00 a R\$ 3.300,00)

c) De três a cinco salários mínimos (R\$ 3.300,00 a R\$ 5.500,00)

d) De cinco a sete salários mínimos (R\$ 5.500,00 a R\$ 7.700,00)

- e) De sete a dez salários mínimos (R\$ 7.700,00 a R\$ 11.000,00)
- f) Mais de dez salários mínimos (Acima de R\$ 11.000,00)